

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SAMANTHA VALLENTINE CABRAL DE SOUZA

**TRANSNARRATIVAS SOBRE A RELAÇÃO DAS TRAVESTIS, PESSOAS  
TRANS E A EMPREGABILIDADE**

SAMANTHA VALLENTINE CABRAL DE SOUZA

**TRANSNARRATIVAS SOBRE A RELAÇÃO DAS TRAVESTIS, PESSOAS  
TRANS E A EMPREGABILIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel.

**Orientador:** Prof. Dr. Hugo Menezes Neto

Recife/2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cabral de Souza, Samantha Vallentine.

TRANSNARRATIVAS SOBRE A RELAÇÃO DAS TRAVESTIS E  
PESSOAS TRANS E A EMPREGABILIDADE / Samantha Vallentine Cabral  
de Souza. - Recife, 2023.

49 : il., tab.

Orientador(a): Hugo Menezes Neto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, , 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Empregabilidade travesti/trans. 2. Exclusão e violências travesti/trans.  
3. Travesti/trans, transfobias. 4. Trabalho travesti/trans. 5. Escolaridade  
travesti/trans. I. Menezes Neto, Hugo. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

SAMANTHA VALLENTINE CABRAL DE SOUZA

**TRANSNARRATIVAS SOBRE A RELAÇÃO DAS  
TRAVESTIS, PESSOAS TRANS E A  
EMPREGABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais.

Aprovado em: 12/05/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Hugo Meneses Neto (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Claudia Rodrigues (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

A toda a rede de apoio às travestis e pessoas trans que existe no mundo, à Redetrans em nome de Tathiane Araújo presidenta, por tanta dedicação, aprendizado, confiança e responsabilidade com nossa população e a todas as travestis e pessoas trans que compõem a instituição, à NATRAPE pela enorme satisfação em fazer parte dessa família tão potente e linda nos nomes de Heymilly Maynard, Yafe di Napoli, Ariel Xavier, Natasha Vicente e Caia Coelho, à Dediane Souza, travesti Doutora em Antropologia que muito me ajudou nesse processo de construção, às companheiras que aqui me ajudaram muito com suas produções incríveis, como Sayonara Nogueira, Jaqueline de Jesus, Sofia Favero (por indicação de Júlia Bueno, uma amiga travesti mestranda em Políticas Públicas) e a todas as travestis e pessoas trans (em especial à Amanda Monteiro, trans não-binária, minha professora de inglês), ao professor doutor (USP) em linguística, o querido Iran Melo, e a toda a nossa ancestralidade que me trouxe até aqui, e que, com muita dificuldade mas com a resistência de Xica Manicongo, me fazem continuar a construir um mundo no qual as travestis e pessoas trans vivam e convivam seguras e com todos os direitos garantidos, com acesso igualitário a todas as políticas do poder público e também dos âmbitos privados. Ao meu companheiro, atual marido e grande amor Kristiano L' Serpens, filósofo e psicólogo que tanto me ajuda a continuar a crescer e que também cresce, fazendo com que viver a dois não seja uma carga tão violenta como temos visto em tantos casais numa sociedade tão adoecida e conservadora. Às nossas madrinhas de casamento, casal de companheiras que tanto amamos, Maria Daniela de Mendonça, Travesti Engenheira Agrônoma, e Marluziane Silva, mulher cis, contadora, que contribuíram nessa produção. Ao meu querido irmão e padrinho de casamento Paulo Ouveratte, homem cis gay (a Virna, seu apelido no vôlei), que iniciou, em outra instituição, o curso de Farmácia e que assim como eu está finalizando o ciclo da graduação e que de maneira mútua houve o incentivo a viver esse processo que se encerra, o amo demais pois sempre me acolheu, sinto uma felicidade imensa em poder partilhar grandes momentos da vida assim como todas as outras pessoas, amigas e amigos e amigas, as travestis, pessoas trans e pessoas cis que de algum modo me ajudaram a chegar aqui, amo muito vocês, e por fim, mas não menos importante, meu querido orientador Hugo Menezes Neto que muito me ajudou em todo o processo de construção desse trabalho, me dando autonomia na produção e com todo o seu cuidado me norteando academicamente.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como finalidade refletir sobre a relação entre Travestis e pessoas Trans e a empregabilidade a partir de Revisão bibliográfica e os conceitos como o de “Morte Social”, de Sayonara Nogueira (2021) “Cissexismo” e “Transfeminismo” de Jaqueline de Jesus (2010/2012) da mesma forma que, “Transterritórios” e de “Transnarrativas” de minha autoria (2023) de modo a priorizar a produção de saberes das travestis e de pessoas trans na academia. Outrossim, utilizei Análise do Discurso e Conteúdo tendo em vista a natureza dos dados coletados. Partindo, no primeiro capítulo, de uma perspectiva da conjuntura nacional, das reivindicações e organizações dos movimentos sociais trans acerca da problemática do desemprego para nossa população, e as principais ações, programas/projetos de inclusão até uma análise mais local, em Recife-PE, no segundo capítulo, tendo como início a minha trajetória enquanto mulher trans, negra e periférica, pesquisadora mas também enquanto multiplicadora de um projeto cujo objetivo era qualificar e empregar travestis e pessoas trans em Pernambuco, o Oportunizar da Redetrans Brasil, com o apoio da afiliada local NATRAPE, a qual sou atual presidenta, e seus desdobramentos enquanto uma ação pioneira no Estado. E por fim, algumas reflexões das transnarrativas sobre exclusões sociais e a informalidade.

Palavras chaves: Transfobias, Transnarrativas, Empregabilidade.

## **ABSTRACT**

This work aims to reflect on the relationship between Travestis, Trans people and employability based on a bibliographic review and concepts such as "Social Death", by Sayonara Nogueira (2021) "Cissexism" and "Transfeminism" by Jaqueline de Jesus (2010/2012) in the same way as “Transterritories” and “Transnarratives” of my authorship (2023) in order to prioritize the production of knowledge of transvestis and trans people in the academy. Parting of the nature of the data collected, I used the analysis of speech. Starting the first chapter, from a perspective of the national situation, the claims and organizations of trans social movements regarding the problem of unemployment for our population, and the main actions, programs/projects of inclusion up to a more local analysis, in Recife-PE. In the second chapter, starting my trajectory as a Black peripheral, trans woman, a researcher but also as a multiplier of a project which goal was to qualify and employ transvestis and trans people in Pernambuco, the Oportunizar of Redetrans Brasil with the support of the local affiliate NATRAPE, of which I am the current president, and its developments as a pioneering action in the State. And finally, some reflections of the transnarratives on social exclusion and informality.

Keywords: Transnarrative, Transphobias, Employability.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. MOVIMENTOS SOCIAIS E FERRAMENTAS DE INCLUSÃO À EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE.....</b>	<b>17</b>
1.1 Um resgate histórico à Xica Manicongo .....	22
1.1 Programas e projetos de inclusão das populações de mulheres travestis e pessoas trans ao mercado de trabalho, no Brasil .....	24
<b>2. SABERES QUE ME ATRAVESSAM: O MEU LUGAR ENQUANTO MULHER TRANS, NEGRA, DE PERIFERIA E COMO RESULTADO DA POLÍTICA DE DESEMPREGABILIDADE TRANS.....</b>	<b>29</b>
2.1 Oportunizando pessoa trans e travestis em Pernambuco através da ação nacional de qualificação e empregabilidade, o projeto Oportunizar.....	34
2.2 Transnarrativas sobre processos de exclusões e o desdobramento para a desempregabilidade.....	40
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho parece ser, a grosso modo, uma relação entre a venda da mão de obra e a contrapartida, a compra. Há, no campo da economia clássica uma lei, sendo esta a da oferta e da demanda, uma lógica que atualmente ainda opera fortemente no mercado mundial. Entretanto, há muito mais coisas envolvidas nesse processo, para além de oferta e demanda. Existe um público em específico, as pessoas trans e travestis, que historicamente não participam dessa esfera, que, deveria ser, a partir da constituição de 1988 conhecida como cidadã, um direito de todas as pessoas.

Diante da negligência do estado brasileiro em coletar dados sobre o público de pessoas trans e travestis, algumas instituições nacionais têm se desdobrado em construir observatórios de coleta de dados sobre essa população. A Redetrans<sup>1</sup> Brasil é uma das redes que têm feito o monitoramento de assassinatos, violências, mas também lançou, este ano, um censo que trata sobre as pessoas trans e travestis.

O censo, a partir de uma perspectiva do perfil socioeconômico da população de travestis, mulheres trans e mulheres travestis do território brasileiro, chama atenção para a situação da exclusão ou não acesso, com alto percentual de não conclusão do ensino fundamental e da altíssima taxa de pessoas trans e travestis que sobrevivem unicamente enquanto profissionais do sexo. Dados esses que apontam para o enorme abismo entre essa população e o acesso a direitos básicos primordiais para a sobrevivência e desenvolvimento de qualquer ser humano.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, segundo relata o dossiê (REDETRANS BRASIL, 2021). Essa é outra grande problemática que pode ser umas das consequências da exclusão desse público em diversas esferas sociais, culturais, econômicas, etc. Entretanto, não são os assassinatos o objetivo principal deste trabalho, mas certamente eles podem corroborar do ponto de vista causal para esta pesquisa, quando a média de mortes para essa população corresponde a menos da metade da perspectiva de vida da população brasileira, ou seja, 35 anos.

Há uma série de violências históricas e estruturais contra pessoas trans e travestis no Brasil e no mundo. O papel da ciência é extremamente importante para as devidas

---

<sup>1</sup> É uma Rede Nacional de pessoas trans que tem o objetivo de fomentar, estruturar e implementar ações que visem a garantia de direitos da população travesti e trans no Brasil. (o site está fora do ar desde o começo do ano). <http://redetransbrasil.org.br/>

transformações necessárias das sociedades, e a diminuição de todas as desigualdades e mazelas sociais que existem, garantindo assim sociedades mais justas, igualitárias e mais democráticas.

A exclusão ou não do acesso de pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho é um problema nacional segundo dados da Redetrans Brasil. No censo lançado este ano, nesse mesmo documento, há um outro dado extremamente preocupante, “89,5% das travestis e mulheres transexuais, são profissionais do sexo” (REDETRANSBRASIL, 2020, p.19). Nesse sentido, apenas 10,5% desse público não sobrevive da prostituição compulsória. Nesse mesmo documento e página, temos dados de 64,1% que não concluíram o ensino médio, dado apontado por Rebecka de França, uma travesti, professora da rede estadual de ensino e mestra em ensino de Geografia na UFRN.

Nessa mesma perspectiva, no estado de São Paulo, temos os seguintes dados:

Uma pesquisa da FAPESP, de 2020, feita com 528 transexuais de sete cidades do estado de São Paulo, por exemplo, indicou que apenas 13,9% das mulheres trans e travestis tinham emprego formal. Entre homens trans, a porcentagem foi de 59,4% (CHAVES, 2020, s/p).

Impressionante a aproximação dos percentuais de 10,5%, da Redetrans, não sobreviverem da prostituição e de apenas 13,9%, da FAPESP, terem emprego formal. Essa pequena diferença de 3,4% entre a grande metrópole brasileira e os dados nacionais só reforçam a verdadeira face da realidade no âmbito da empregabilidade dessas pessoas. Outrossim, a plataforma #VoteLGBT, em meio a pandemia, traz o seguinte levantamento:

Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ tiveram diminuição de renda ou perderam o emprego por causa da pandemia da Covid-19, de acordo com estudo feito pela plataforma #VoteLGBT com a Box1824. A taxa de desemprego entre as pessoas que integram a comunidade é de 17,15%, mas, quando analisadas apenas as pessoas trans, o percentual sobe para 20,47%. (BRONZE, 2021, s/p).

A pandemia aprofundou ainda mais a situação de exclusão do mercado de trabalho desse público, como se não bastasse o histórico assustador de anos anteriores como vimos nos dados do censo da Redetrans. Ou seja, se já havia um altíssimo percentual de pessoas trans e travestis sobrevivendo enquanto profissionais do sexo, na informalidade, no contexto pandêmico isso se agrava ainda mais.

Não obstante, no Rio de Janeiro, temos a seguinte estatística:

Oitenta e três por cento das pessoas trans e travestis cariocas já sofreram algum tipo de violência dentro da escola. Desses, dois em cada três já sofreram violência por serem trans. Esses dados são resultado de 5 entrevistas realizadas com 526 pessoas trans e travestis cadastradas na primeira etapa do projeto Garupa, conduzidas entre julho e outubro de 2021 pela Prefeitura do Rio (BUGRE, 2022, s/p).

Escolaridade é um dos critérios gerais de contratação e de acesso a esferas superiores de qualificação e formação, a exemplo de cursos profissionalizantes, técnicos, graduações etc. Logo, como relata os dados supracitados pela prefeitura do Rio, os processos de violências constantes nos âmbitos de ensino excluem essas pessoas desse espaço tão importante para atingirem o mercado de trabalho formal.

Em uma entrevista para o jornal Marco Zero, a professora universitária Sayonara Nogueira, relata o seguinte:

Eu sempre falei: a morte começa antes do tiro. O gatilho é a etapa final. Roberta, queimada viva no Recife, já sofria uma morte social, estava em situação de rua. O que aconteceu, o atear fogo, foi a última etapa do processo de morte dela, mas ela já estava em processo de morte social (SANTOS, 2021, s/p).

O conceito de “morte social” de Nogueira, nos faz refletir: por que uma única população específica, as pessoas trans, é alvo direto de tantas exclusões em diversas esferas que estruturam e são estruturantes na sociedade brasileira? Por que quase todas essas pessoas, segundo os levantamentos de dados anteriormente citados, sobrevivem na informalidade, enquanto profissionais do sexo?

Para Bauman (2008, p. 71), a sociedade do consumo “representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas”. Numa sociedade do consumo, como a nossa, e atualmente nessa perspectiva coercitiva da lógica meritocrática na contramão de uma sociedade tão desigual, competitiva, individualista. Como um público específico consegue sobreviver e reconhecer sua identidade diante de tanta violência e exclusão social? Por fim, pretendemos nessa pesquisa lançar luz sobre um ciclo de exclusão de travestis e pessoas trans que, pelo que demonstram os dados que aqui serão trazidos, cria um “sistema de desempregabilidade” e que, por muitas vezes, podem levar a diversas violências sobre esse

público, colocando o Brasil pela 14ª no topo do ranking mundial em assassinatos de travestis e pessoas trans.

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a relação entre empregabilidade e pessoas trans, em sua grande maioria mulheres trans e travestis, partindo de uma conjuntura nacional, mas centralizada em minha atuação no projeto Oportunizar em Recife- PE.

O trabalho se fundamenta ainda na minha experiência de vida enquanto mulher trans, preta que sempre viveu e vive desempregada. Partindo da hipótese de que existe um ciclo de exclusão social que contribui de maneira expressiva para a desempregabilidade ou exclusão do mercado formal do trabalho sobre as pessoas trans no Brasil.

Como marco teórico, serão utilizados conceitos produzidos prioritariamente por pessoas trans, que já têm colaborado bastante nas diversas áreas do conhecimento e conseqüentemente na produção e construção de mecanismos e ferramentas para as transformações necessárias numa perspectiva de inclusão e diversidade no Brasil.

A história brasileira a partir de um processo de colonização de Portugal e todas as mazelas sociais do racismo, machismo, classismo que estruturam o sistema cissexista - o qual iremos desenvolver nos próximos capítulos - construíram uma barreira de violências não apenas físicas, mas de apagamento de tudo que vem de pessoas trans.

Na academia não é diferente, como a maioria dessa população não consegue acessar esse espaço devido a diversas transfobias estruturais, nossas vivências e saberes tornaram-se alheios, capturados por pessoas acadêmicas cis, como dizem no popular, viramos animais de laboratórios. Sem direito, na maioria esmagadora dos casos, de ter acesso ou retorno a aquilo que foi produzido, e, por muitas vezes, quando há um retorno, tudo que disseram já está estampado em jornais e revistas ou nos acervos acadêmicos de forma distorcida, a partir da ótica de quem escreveu tal documento.

O epistemicídio dos saberes trans, no Brasil, tem sido uma prática muito constante, a população começa a conseguir notoriedade nacional quando, em 2004, lança com Ministério da Saúde a campanha “Travestis e Respeito”, e com isso marca o dia 29 de janeiro no Brasil enquanto o Dia da Visibilidade Trans. Com essa “visibilidade” se acentua o desejo de conhecer mais essa população e conseqüentemente se tornar objeto de produções acadêmicas. Bruna Benevides e Débora Lee, duas mulheres trans referências denunciam em seus escritos essa prática:

O Trans epistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans. E reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, das suas narrativas e contribuições para a ciência. Pesquisadoras/es trans comumente são preteridos e seus trabalhos contestados pelos espaços acadêmicos. Além disso, há a dificuldade de poderem falar abertamente sobre aquilo que os representa, sentem e desejam, sem a interdição do poder da ciência (BENEVIDES & LEE, 2018, p. 2).

Elas por serem produtoras e por terem uma grande visibilidade nacional devem ter passado por processos de desvalidação de suas produções, não à toa indagam sobre a dificuldade de validação nos espaços de domínio da ciência. Deste modo, reforço a importância de trazê-las comigo nesse processo de produção para que possamos juntas reivindicar este lugar tão importante para a sociedade da mesma forma que alicerçar nesse campo bases para futuras outras pessoas trans possam produzir tranquilamente em lugar que também é nosso.

Sofia Favero, em seu artigo “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”, reforça a importância da potência dos saberes trans:

[...]acredito que a cena que irei desenvolver posteriormente diz muito sobre o que seria “local de fala” (RIBEIRO, 2017) e o que seria reconhecimento epistemológico de uma população marginalizada. Sim, o conceito de local de fala pode admitir que aquele que faz alguma coisa com a própria vivência (fala, escreve, analisa, divulga) é capaz de emergir outros saberes (FAVERO, 2022, S-P).

Favero analisa a importância histórica da atuação de pessoas trans em diversas esferas da sociedade e de como tem sido importante e emergente a produção desses saberes, de suas subjetividades e de suas potentes atuações no campo acadêmico. Neste sentido, corroboro com o pensamento da autora, e enquanto mulher trans, negra, pesquisadora, da periferia do Recife, contribuo trazendo referências trans e espero fortalecer os nossos alicerces em todos os campos do conhecimento na academia a partir da minha transnarrativa de trajetória de vida.

Entendendo aqui enquanto transnarrativa, o processo autônomo de tomar as rédeas dos acontecimentos de modo muito peculiar e particular na minha vida trans e da mesma forma que, a partir dessa bagagem de experiências e táticas de sobrevivência, produzir epistemes tão potentes de maneira prática no cotidiano que contribuam com arcabouço acadêmico e com a ruptura de um sistema que padroniza corpos e conseqüentemente exclui, persegue e assassina a diversidade LGBTQIAPN+.

Nesse interim, os conceitos de “Morte Social” (NOGUEIRA, 2021), onde a autora vai dizer que a morte física é apenas a finalização de um processo de mortes que é anterior ao assassinato. “Cissexismo” (JESUS, 2012), ideologia que determina que o sexo biológico é quem define o gênero e que isso impossibilita todo o processo das nossas práticas sociais. “Transfeminismo” (JESUS & ALVES, 2010), sendo um movimento que reconhece as mais variadas identidades e suas intersecções assim como promove o empoderamento de agentes oprimidos nas mais diversas dimensões, conceitos esses que estão mais aprofundados no corpo deste trabalho. São conceitos-chaves, priorizados, que me ajudaram na reflexão da relação entre empregabilidade e pessoas trans. Segurei nas “mãos delas” nessa troca tão importante de violências que nos atravessam, mas também saberes, sensações e subjetividades que vieram à tona nesse processo de produção.

Para refletir sobre a relação entre o processo do ciclo de exclusões sociais que geram diversas violências transfóbicas, tendo como consequência a exclusão do mercado de trabalho formal de pessoas trans e travestis, utilizarei técnicas de coleta da pesquisa qualitativa.

Para iniciar o trabalho produzi uma revisão bibliográfica na busca por pessoas autoras e intelectuais travestis e mulheres trans que, de alguma forma, estejam em consonância com esta produção. Sobre as travestis e as mulheres trans tão potentes que desenvolveram conceitos, reflexões e produção que nesse trabalho, temos:

Sayonara Nogueira - Travesti, licenciada em Geografia e especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia. Atuou 16 anos na educação básica e atualmente é professora da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) no Curso de Pedagogia. Dediane Souza - Travesti Preta, Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo - Faculdade Cearense - (2018), Mestra em Antropologia no Programa Associado de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2022), Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2023) é transfeminista, diretora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará - SINDJORCE - (2019 a 2022), Secretária Geral da Organização Não Governamental Rede Trans Brasil, Diretora do Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB. Jaqueline Gomes de Jesus - Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro, é docente permanente no programa de pós-graduação de História da Universidade Federal e Rural do Rio de Janeiro e do programa de pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da

Fundação Oswaldo Cruz. Sofia Favero - psicóloga. Formou-se em Sergipe, onde nasceu e ajudou a criar a Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (Amosertrans). Coordenou durante três anos um cursinho pré-vestibular em Aracaju, chamado EducaTrans. Participou da construção anual da Semana da Visibilidade Trans junto à UFS (Universidade Federal de Sergipe), até que se mudou para Porto Alegre, em 2018, por causa do mestrado. Atualmente é doutoranda em Psicologia Social e Institucional na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), pesquisando infância, e se interessa por temas como clínica, política e diferença. Rebecka de França - Mulher Travesti, formou-se em Licenciatura Plena em Geografia no IFRN campus Natal central, logo após engrenou uma especialização em Educação Ambiental e Geografia do Seminário no IF de João Câmara e recentemente concluiu o Mestrado Profissional em Ensino da Geografia na UFRN. Pesquisou Gênero, Diversidade e LGBTfobia no RN na graduação, na especialização a interpretação do semiárido nordestino através da linguagem imagética e no Mestrado pesquisou a regionalização do Brasil através da música. Julia Bueno - travesti, formada em psicologia pela Faculdades Integradas de Guarulhos, especialização em psicologia política pela USP, cursando mestrado em psicologia pela UFPE, militante independente do movimento trans, poetisa e redutora de danos.

Assim sendo, se faz indispensável mapear as produções acadêmicas sobre as discussões acerca da grande problemática do processo de exclusão dessa população, os conceitos, teorias, as óticas e análises.

Utilizei coletas de dados secundários de estatísticas sociais, principalmente do site da Redetrans Brasil, e narrativas de travestis e mulheres trans que foram entrevistadas por jornais, revistas e blogs online<sup>2</sup>. Esses dados me ajudaram muito a refletir sobre o abismo que existe entre travestis e pessoas trans e o mercado de trabalho, tendo em vista os dados alarmantes de violências, escolaridade, trabalho e assassinatos.

Enquanto mulher trans, negra e periférica, utilizarei também minhas próprias experiências e memórias deste lugar enquanto pessoa que é atingida diretamente por esse processo de exclusão e que vive na pele as dores de ser um corpo que vivencia essas violências cotidianamente, e que tem propriedade e lugar de fala para conjecturar análises que atravessam vivências como a minha. Narrei no intuito de dialogar com outras vivências iguais as minhas,

---

<sup>2</sup> Redetransbrasil, Transempregos, Centro de Referência em Educação Integral, Brasil de fato, Cadernos do Tempo Presente, Agência Brasil, Destaque notícias - Aracajú, Jornal Cidade - MG, Agência de Notícias CEUB, Observatório G - BOL/UOL, Exame, Agência de jornalismo Diadorim, Revista Cronos, Revista Pesquisa FAPESP, Marco Zero.

que em efeito produz e historiciza saberes trans e facilita as reflexões que aqui são feitas, potencializando e demarcando que a academia também é um território nosso.

Acessei ainda os relatórios da Redetrans de seu Censo (2020) e Dossiês de 2021 e 2022 para extrair os dados quantitativos de estatística social que contribuem fortemente para as reflexões aqui produzidas e para reforçar a importância de observatórios por parte do governo federal, ou mesmo a implementação de variáveis, no IBGE, que contemplem o nosso público.

Para analisar os dados, utilizo Análise do Discurso para refletir sobre as transnarrativas, principalmente do último tópico deste trabalho e Análise de Conteúdo, para refletir sobre aproximação e repetição de padrões dos dados de estatísticas sociais numa perspectiva macro, mas também em algumas regiões e que da mesma forma aparecem nas transnarrativas aqui apresentadas.

Diante dos esforços dos movimentos sociais, os poucos programas e projetos e o negligenciamento do poder público sobre qualificação e empregabilidade para as travestis e pessoas trans no Brasil. Projetos e Programas a exemplo do Oportunizar - em Pernambuco e nos outros 9 Estados, fomentam, estimulam e estruturam espaços de inclusão à diversidade de vivências das travestis e pessoas trans em nosso país, efetivando assim a política pública e a garantia dos direitos de nossa população.

Há uma enorme abismo que separa as travestis e pessoas trans do emprego formal em Pernambuco, a partir da minha atuação na ação nacional de empregabilidade, o projeto Oportunizar, vivenciei experiências muito positivas, mesmo que ainda de modo inicial, como negativas no processo de multiplicação da ação que se deu inicialmente no Sistema S<sup>3</sup>, Gestão e Empresas privadas, mas a medida em que foi se desenvolvendo algumas outras esferas foram sendo acionadas, como os poderes Executivos e Legislativos no estado e na capital no sentido de construção de medidas com Projetos de Leis que incentivem empresas a empregar pessoas trans, destinação de emendas parlamentares para iniciativas de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão dessas populações.

De antemão lhes digo que não há nenhuma política estruturada permanente no âmbito de qualificação e empregabilidade para essa população por parte do governo de Pernambuco e nem por parte da capital Recife. O que há são iniciativas das Ongs, e aqui quero registrar

---

<sup>3</sup> Sistema S é um coletivo de nove instituições de interesse de categorias de categorias profissionais que fazem parte da constituição brasileira.

Algumas instituições unicamente voltadas à política travesti e trans as quais são Natrape (Nova Associação de Travestis e pessoas Trans de Pernambuco), onde atuo com presidenta e a Amotrans (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco) as quais têm um histórico de diversas conquistas no estado e também na capital em diversas áreas, de saúde, educação, assistências, qualificação, empreendedorismo, empregabilidade etc.

Há algumas ações pontuais no sentido de formar, qualificar e empregar pessoas trans por parte de outras instituições LGBTQIA, alguma dessas instituições são: Ong Gestos, O GTP+ (Grupo de Trabalho e Prevenção Positivo), O Movimento LGBT Leões do Norte, O Transviver, O Mães da Resistência, o PID (Ponte de Inclusão e Diversidade), O Transformar, a Madame Satã (Uma coletiva Não-binária), a Favela LGBTQ+ (Uma coletiva), a Ong Cores do Amanhã dentre outras.

Por parte da gestão no estado de Pernambuco, consegui algumas ações no processo do projeto Oportunizar que serão mais detalhadas no segundo capítulo deste trabalho, mas também, há uma outra iniciativa a qual também fiz parte enquanto equipe técnica, que é o projeto +Cidania LGBTQIA+, uma iniciativa da antiga Coordenadoria LGBT do Estado por meio da antiga Secretaria de Desenvolvimento Social e sua Executiva Secretaria de Segmentos Sociais. O + Cidania, que só durou 3 meses, encontra-se parado desde janeiro, devido a troca da gestão governamental e conseqüentemente a ausência de uma indicação para coordenar a política LGBTQIA+. O projeto tinha o objetivo de ofertar cursos de qualificação em 10 municípios do estado de Pernambuco, mas infelizmente foi interrompido e não tem prazo para retorno até que apareça alguma pessoa responsável pela política.

Na capital, Recife, também consegui algumas ações pontuais que também aparecerão no segundo capítulo, inclusive reuniões na câmara com parlamentares para tentar construir um projeto de Lei de Incentivo fiscal para empresas que destinasse vagas para pessoas trans. Assim também como destinar 250.000,00 em emendas parlamentares, através da LOA para a política LGBTQIA+, com um adendo desse recurso ser destinados a política de qualificação, empreendedorismo e qualificação para o público LGBTQIA+ e por conseqüência as pessoas trans.

Fiz neste trabalho, em seu primeiro capítulo um aparato histórico sobre as organizações e reivindicações das organizações sociais das travestis e pessoas trans para conseguir estruturar e acessar o mercado de trabalho assim como qualquer outra pessoa em nossa sociedade, partindo das primeiras conferências da Redetrans Brasil. Outrossim, no mesmo capítulo há um

primeiro tópico, também enquanto resgate histórico, falando sobre Xica Manicongo, considerada a primeira vivência registrada de uma travesti ainda no período colonial, para que possamos refletir que Stonewall não é o início da história de vivências e resistência transgênera nas Américas.

Num segundo tópico, são apresentadas algumas iniciativas muito importantes com a finalidade de qualificar, empreender e empregar pessoas trans e travestis no Brasil sendo estas o TRANSEmpregos, o Transcidadania e o Oportunizar, tendo esse a minha participação e a partir dele, em Pernambuco, iremos fazer boas reflexões sobre o cenário local no que tange a situação de qualificação e empregabilidade para pessoas trans e travestis.

Em seguida, no segundo capítulo, início partindo de minha trajetória de vida, memórias e experiências, fazendo um diálogo com dados da Redetrans Brasil importantes para reflexão da real situação socioeconômica e de acesso a trabalho formal no Brasil, e logo nos deparamos com a triste estatística de quase 90% dessa população sobrevivendo enquanto profissionais do sexo, e devo já acenar aqui que 100% das pessoas que responderam esses dados são travestis, mulheres travestis e mulheres trans. Pois, como diz a doutora em Antropologia, travesti, Dediane Souza, “existe uma diversidade de reconhecimentos dentro da esfera de gênero feminina nas nossas vivências”, ou seja, quem pensa que há uma hegemonia e que vai falar de pessoas trans sem ter o cuidado de compreender essa diversidade cometerá ainda mais violências para com nossa população. No primeiro tópico, iremos emergir um pouco na minha atuação no projeto Oportunizar e seus desdobramentos, e, por fim, algumas entrevistas de narrativas trans sobre os processos de violências e exclusão em suas trajetórias de vida.

## 1. MOVIMENTOS SOCIAIS E FERRAMENTAS DE INCLUSÃO À EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE



O mercado de trabalho, como foi trazido na introdução desta pesquisa, está muito além da perspectiva clássica da lógica da oferta e demanda. Nesse sentido:

[...] o mercado de trabalho pode ser entendido como o espaço de lutas entre diferentes agentes (indivíduos, organizações, órgãos de regulação, países etc.) que se constitui historicamente pela incorporação de "regras" sociais que orientam as estratégias que os mesmos utilizam no interior deste mesmo campo. Nesse sentido, para compreender o mercado, muito além da noção de oferta e demanda, é necessário conhecer o histórico inerente ao modo em que se estruturam as relações no campo, bem como as diferentes posições que os agentes ocupam. (OLIVEIRA & PICCININI, 2011, p.16).

Assim sendo, como mostram alguns dados citados na introdução, o lugar que as pessoas trans e travestis ocupam na sociedade brasileira é de exclusão nos diversos campos, sociais, econômicos, culturais etc. Os únicos espaços que restam são o das ruas enquanto profissionais do sexo e, quando não, os salões de beleza. Ou seja, são os dois lugares possíveis de sobrevivência dessa população quando se trata de trabalhos remunerados, o campo econômico é reduzido apenas a essas duas esferas. Logo, a força de trabalho na atual sociedade brasileira para essa população está reduzida à informalidade.

Desde as primeiras reuniões nacionais organizadas pela Redetrans Brasil, que uma das pautas prioritárias era a situação que as travestis e pessoas trans enfrentavam na exclusão do mundo do trabalho formal. Segundo dados do Censo de 2020 da própria Rede, quase de 90% dessa população tem a profissão do sexo enquanto meio de sobrevivência.

A denúncia de diversas mulheres travestis e pessoas trans de diversas regiões e grupos da sociedade civil organizada no Brasil, revela a verdadeira face de um sistema extremamente perverso e que vulnerabiliza a todo momento corpos de vivências Travestis e pessoas trans no Brasil<sup>4</sup> e de como é extremamente urgente fomentar políticas efetivas nas diversas esferas de constituição de seres biopsicossociais para que essa população consiga acessar o mercado de trabalho com dignidade e garantia de todos os direitos humanos, de gênero e trabalhistas.

As travestis e pessoas trans no Brasil tiveram que construir táticas em seus cotidianos para permanecer vivas em nosso país. Michel Certeau (1994), em sua obra “a invenção do cotidiano: artes de fazer” desenvolve o conceito de *táticas* enquanto ações da vida cotidiana, de agentes comuns em suas microrrelações que conseguem escapar das normas impostas pelas instituições (Estado) e que são formas de produzirem, a partir das circunstâncias outras possibilidades de existir. Semelhantemente - óbvio que a partir de uma realidade extremamente violenta e desigual - desde sempre, táticas fazem parte do nosso cotidiano para que possamos sobreviver.

Desde o tipo de comunicação como o Pajubá<sup>5</sup> as mais diversas ferramentas e de proteção, por exemplo, para se proteger nas ruas durante a prostituição, muitas utilizam uma gilete/navalha embaixo da língua, visto que elas não têm proteção alguma dos mecanismos de segurança do estado enquanto trabalham. Sempre foi nas ruas, infelizmente, na escuridão, nos guetos, nas margens das margens sociais que sobreviveram como forma de resistência e ao mesmo tempo de denúncia de como a sociedade e o Estado invisibilizam, de modo proposital, seus corpos e suas vivências precarizadas, não por acaso, como destrincha Butler, e sim porque não são corpos que importam, não são corpos que merecem luto, lágrimas, sofrimento etc.

---

<sup>4</sup> Infelizmente ainda quando me refiro a pessoas trans estou me limitando diante dos dados que utilizo a binaridade trans, ou seja, homens e mulheres trans, travestis e mulheres travestis, mas endosso que pessoas Trans Não-binárias precisam de um olhar bastante atencioso também nessa esfera da empregabilidade

<sup>5</sup> O pajubá é um conjunto de mecanismos de linguagem brasileiro criado e desenvolvido por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade – sobretudo travestis –, tendo como principal papel a resistência social dessas pessoas por meio da demarcação de um território político que se funda na mobilização desses recursos quando usados como práticas de socialibilidade. É, portanto, uma glotopolítica dissidente de gênero e sexualidade brasileira, pois se realiza na agência de pessoas LGBTQIAP+ que conscientemente tomam a linguagem como prática de fortalecimento de identidades coletivas e de combate a violências LGBTfóbicas (MELO, in mimeo).

Acrescenta Butler em “Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa em assembleia.”

A precariedade é a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (BUTLER, 2018, p. 41).

E é nessa realidade precarizada, mas que firmamos alianças com outras dissidências e os diversos outros movimentos sociais, e principalmente, com nós mesmas, que construímos transterritórios, em rede, que possibilita, mesmo no seio de tantas violências, formas de denunciar e romper com o sistema heterocisnormativo e, ao mesmo tempo em que construímos uma teia de conexões afetivas, de proteção, de famílias etc. Compreendo aqui que Transterritórios são espaços físicos que demarcam as trajetórias de vida, as margens sociais, onde as travestis e pessoas trans construíram estratégias de sobrevivência a exemplo, das estradas, bares noturnos, boates, casas de outras pessoas trans ou lgbtqi+, Ongs, ou qualquer outro espaço de construção, refúgio, fortalecimento e acolhimento e defesa dos nossos corpos.

A luta transfeminista<sup>6</sup>, não é sobre igualdade de direitos apenas, mas sim sobre a cisheteronormatividade ser desestruturada enquanto único sistema vigente para que sejam possibilitadas as diversas formas de existir e de compreender que Travestis e pessoas trans são humanas, que têm direitos a existir dignamente no território brasileiro, inclusive em todos os espaços de educação, qualificação, trabalho e emprego.

Nessas entrelinhas dos processos de vivência enquanto uma mulher trans, negra da periferia, das diversas violências transfóbicas que sofri, de estar com 35 anos e nunca ter tido um emprego formal - mesmo com diversas outras formações - que me inquieto bastante para a realização desta pesquisa. Nos espaços onde sou chamada para discutir questões ligadas à minha vivência de gênero trans, há uma percepção imaginária por meio da qual as pessoas falam da

---

<sup>6</sup> O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (JESUS & ALVES, 2010, p 8.).

categoria tempo: que precisamos de tempo para que as conquistas venham assim como as de outros movimentos sociais, como a luta antirracista, feminista e outras diversas.

Entretanto, eu sempre lembro ao público presente que a luta transfeminista não nasce do mesmo propósito e não é vista socialmente como as outras lutas. Nós, *a priori*, a todo momento precisamos estar pautando nossa humanidade, pois um dos primeiros elementos dos discursos conservadores é a negação dessa humanidade, uma vez que somos corpos taxados como demônios, anomalias, aberrações. Somos seres abjetos, que não têm lugar e nem devem ter devido a uma "régua cisnormativa" o sistema cissexista, que iremos discutir mais abaixo, que padroniza os comportamentos humanos numa única lógica binária de gênero e orientação sexual.

Devemos enegrecer aqui que a sociedade brasileira, infelizmente e estrategicamente, é estruturada a partir de uma lógica binária de gênero que são determinados pelo sexo biológico, logo não há espaço para quaisquer outras possibilidades de comportamentos/performances de gênero. Jaqueline de Jesus sobre o cissexismo diz que:

Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à autoexpressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais (JESUS, 2012, p.42).

Logo, ser travesti ou pessoa trans no Brasil é “não existir”, não poder ter convivência e direitos humanos garantidos, é não pertencer a espaço algum, não ter e não poder construir famílias, não aprender e nem ensinar, é não poder contribuir em nenhum campo da sociedade, ou seja, é não ser humano, é ser algo que só no campo espiritual/moral católico/evangélico/mitológico pode ser definido: demônios, desgraça, pecado, erro etc.

Sayonara Nogueira, professora universitária de Geografia, uma travesti, tem discutido bastante o conceito de “morte social”, quando diz respeito às pessoas trans e travestis. Numa entrevista para o jornal Brasil de Fato, a professora relata que "vivemos uma morte social diariamente. Nossa morte começa antes do tiro, devido ao processo de exclusão social que nossa comunidade sofre" (VEIGA, 2021, s/p).

Sendo assim, Nogueira tem apontado que o processo de exclusão social, inclusive dos âmbitos de educação e qualificação que são primordiais para o mercado de trabalho, tem contribuído para o extermínio das pessoas trans e travestis de forma muito precoce como relatamos aqui em dados anteriores da Redetrans Brasil. A professora também se atenta para questões interseccionais como variáveis que corroboram com as violências e exclusão, diz ela: “É importante refletir toda essa conjuntura numa perspectiva de classe, racial, geracional, pois quem está morrendo é a mulher periférica, negra e trans. São elas que lideram essa triste estatística no país” (VEIGA, 2021, s/p).

O lugar, a etnia, e as condições socioeconômicas são apontadas pela professora como variáveis muito importantes para compreender e combater essas diversas violências transfóbicas que ocorrem com as pessoas trans em nosso país. O Censo da Redetrans Brasil de 2020 relata os seguintes dados sobre as questões étnicas-raciais dessa população:

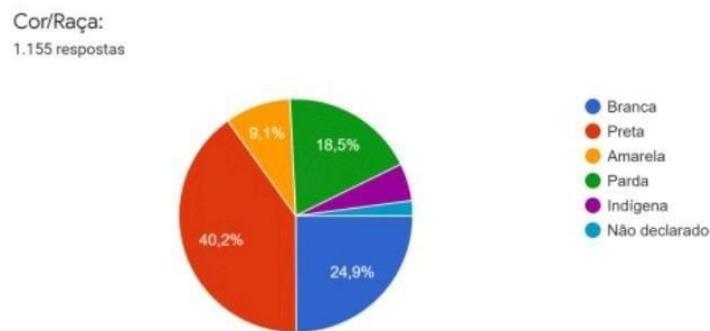


GRÁFICO 05: Cor e Raça

Como trouxe nogueira, na questão étnica racial, temos 40,2% de mulheres trans e travestis pretas e 18,5% são pardas, ou seja, 58,7% são negras, tendo em vista que o IBGE considera pessoas pretas e pardas como população negra. Sendo assim, quase 60% desse público é população negra, e conseqüentemente de periferia. Esses recortes/vivências, como disse Nogueira, são primordiais para compreensão do lugar de precariedade, desigualdade social para, desta forma, construir mecanismos e ferramentas efetivas de transformação e inclusão social. Sendo assim, não há como desvincular as violências transfóbicas, as exclusões das diversas esferas sociais das questões interseccionais.

Sendo assim, contribuindo para o conceito de morte social de Nogueira, essa morte social tem cor, quando quase 60% dessa população é negra, tem gênero quando 100% do Censo se declara do gênero feminino e tem classe, ou seja, é um extermínio das populações travestis

e trans negras, pobres e periféricas, assim sendo o retrato da classe trabalhadora do país. Nesse sentido, podemos apontar que essas transfobias racistas que estão acontecendo podem apontar para um possível fator que também impede que vejamos nossos corpos trabalhando nas padarias, farmácias, supermercados e no comércio das periferias em geral e em todos os outros espaços de empregabilidade do Brasil.

### 1.1 Um resgate histórico à Xica Manicongo

Retomando a questão do tempo, evocado nos espaços onde contribuo, nossa luta ganha notoriedade em 1970 em Stonewall, mas há relatos de resistência de vivência de gênero no Brasil colonial, muito anterior a essa fase “norteamericana”. Para as pessoas que pensam, sem o mínimo de senso, que nossa luta é recente, trago lhes péssimas notícias. Apresento-lhes Xica Manicongo, uma travesti escravizada no período colonial brasileiro, considerada a subversiva realeza do Congo:

Trazida em meados de 1591 como sujeito escravizado para o território que hoje conhecemos como Salvador, a angolana que, até onde se sabe, foi a primeira travesti do Brasil, teve seu nome apagado e sua vida vendida. Seu nome social foi pensado e reconhecido apenas no século 21, através de Marjorie Marchi, militante travesti negra que foi presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA) até sua morte. Seu sobrenome era originalmente um título para governantes do reino do Congo (Mwene Kongo). Dessa forma, pode-se traduzir como “realeza do congo. (AYO, 2022, apud QUIMBANDA DUDU, 2005, p. 27).

Nesse interim, percebe-se que quem fala que as lutas dessa população são recentes não têm a mínima responsabilidade de pesquisar sobre nossas irmãs que já no período colonial do Brasil, desafiavam as normas de gênero impostas, as autoridades da época, o lugar de extrema violência da escravidão e assim todo um sistema perverso da coroa portuguesa. Não obstante sobre Xica:

Conhecida por ser namoradeira, Xica desafiava constantemente a condição de desumanização que sofria, passeando coberta por um pano que prendia com o nó para frente e reconquistando com suas mãos negras os momentos de alegria que os colonizadores roubavam. Sua liberdade, no entanto, era uma ofensa extrema aos olhos de homens como Matias Moreira, um cristão puro (que não tinha antepassados judeus) que a confrontou por vezes, intimidando-a para que passasse a usar “roupa de homem”. Xica, em sua ousadia e resistência, desobedeceu, se recusando a vestir uma identidade que não era dela, sendo, feiticeiros sodomitas (AYO, 2022, apud QUIMBANDA DUDU, 2005, p. 27).

Xica sofreu muita transfobia num período muito anterior a Stonewall, sofreu na pele as violências apenas por externalizar sua condição de gênero num contexto ainda mais perverso que o atual. Sem nenhum tipo de suporte da sociedade civil organizada, sem nenhum mecanismo de proteção jurídico, que, minimamente temos atualmente, mesmo que ainda não muito eficientes devido aos dados de violência que já foram supracitados. Ela foi resistência desde sempre e é referência para o movimento social de pessoas trans no Brasil.

Desse modo, não é plausível utilizar-se de argumentos que reduzem e hegemonomizam os propósitos das diversas lutas, constituindo nelas mesmas uma infinita diversidade de causas, de vivências, de objetivos etc. Não obstante, o que as pessoas cis precisam entender é que a luta por humanização, inclusão e garantia de direitos não deve ser apenas nossa, uma vez que, o problema não é nosso, a travestifobia e a transfobia não são fenômenos sociais advindos de Travestis e de pessoas trans, mas sim da cisnormatividade.

Não são as travestis e pessoas trans que expulsam filhas e filhos do seio familiar, que negam a identidade de gênero/vivência das pessoas trans nas escolas, que as expulsam dessa esfera essencial para alcançar qualificação e empregabilidade. Do mesmo modo que, não parte de nossa população a exclusão de toda e qualquer interação da vida social, dos banheiros, dos shoppings, dos parques, dos eventos, das farmácias, padarias, lojas, bancos etc.

De acordo com a Redetrans Brasil (2022), em seu Dossiê de violências e assassinatos, o Brasil pelo 14º ano é o país que mais assassina travestis e pessoas trans no mundo. O que esse ranking histórico e os dados alarmantes nos levam a refletir frente esse processo de exclusão, violências e mortes desse público? Qual a relação entre esse sistema de exclusões, violências e desempregabilidade e os assassinatos? Esta pesquisa não pretende responder essas questões pelas infinitas variáveis que podem influenciar nas respostas, mas serve como um norte para que possamos compreender e analisar caminhos diferentes para obtenção de resultados diferentes para a vida dessa população.

Segundo Conceição Evaristo (2017), em Olhos D'água, “a gente combinamos de não morrer”; embora exista todo um sistema de extermínio das populações de travestis e pessoas trans no Brasil e no mundo, a resistência e a rede transgeracional permanecerá constituindo novos transterritórios, ferramentas, formas de e continuar re(existindo). E daqui gostaria de dizer a Xica Manicongo - que era uma travesti, negra e escravizada (e pelo que estamos discutindo aqui sobre interseccionalidade, nós travestis e pessoas trans negras continuamos a ser o principal alvo) - e a todas as outras travestis e pessoas trans que foram exterminadas por

esse sistema cissexista, que não foi em vão o derramamento de sangue. A luta e resistência de vocês ainda é a nossa luta e resistência, estamos unidas pelo laço de nossas ancestralidades tanto no sentido étnico-racial quanto em nossas identidades de gênero e a classe que ocupamos. Continuaremos firmes e fortes, e não haverá descanso enquanto toda a nossa população não vença todas as transfobias e racismos estruturais.

## 1.2 Programas e projetos de inclusão das populações de mulheres travestis e pessoas trans no mercado de trabalho no Brasil

Na contramão de um país que pauta o extermínio, o desemprego, o analfabetismo e dentre outras diversas transfobias contra mulheres travestis e pessoas trans por total negligência do poder legislativo, executivo e boa parte do judiciário, as próprias pessoas trans e suas instituições não governamentais passam a criar ferramentas de educação, qualificação e empregabilidade para as nossas populações.

Na busca de solucionar o grande problema de acesso à educação pela população Transgênera, Maite Schneider (Grupo Esperança), Laerte Coutinho (cartunista), Dra. Márcia Rocha (advogada travesti) e a psicanalista Dra. Letícia Lanz fundaram a ABRAT com enfoque na promoção a Educação e Informação. O projeto foi crescendo e a noção de que o entrave para inclusão destas pessoas não se tratava apenas de uma carência educacional se tornou evidente (TRANSEMPREGOS, S/P)<sup>7</sup>.

É de suma importância destacar o protagonismo trans do programa Transempregos, assim como nas maiorias de outras iniciativas, isso pode nos levar a refletir sobre o grau de resistência e de potência de organização das nossas populações mesmo em meio a tanta brutalidade, miserabilidade e transfobia no Brasil. Ainda sobre o Transempregos:

Com a missão de trabalhar junto as empresas para confrontar a discriminação o preconceito causadores da grande ficuldade de acesso a empregos por esta população, foi criada em 2013 a TransEmpregos. A articulação da empresária Márcia Rocha junto a outros apoiadores como Paulo Bevilacqua, João Nery, Dennis Ramos, Denilson Costa, Rachel Rocha, Heloísa Alves e Daniela Andrade o projeto ganhou grande permeabilidade em empresas e inicia assim a exercer o seu objetivo maior de garantir emprego e dignidade a pessoas antes excluídas pelo simples fato de terem uma identidade e/ou orientação diferente da maioria das outras pessoas (TRANSEMPREGOS, S/P).

---

<sup>7</sup> Ver: <https://www.transempregos.com.br/>

Inicialmente o programa tinha o objetivo central de construir um banco de dados de currículo de travestis e pessoas trans para apresentar as empresas e desta forma conseguir empregá-las. Entretanto, ao decorrer do processo foi-se observando que não era apenas sobre empregar essa população, mas também modificar a política estrutural das empresas que faziam essas contratações devido a não permanência nas vagas:

No início o trabalho consistia em juntar currículos e apresentá-los nas empresas para possíveis contratações e com o tempo fomos expandindo também no auxílio às empresas na criação de um ambiente acolhedor. Havíamos notado que muitas contratações se encerravam rapidamente por falta de aceitação de seus pares. Atualmente também trabalhamos com empresas que querem fazer mudanças sociais. Já são inúmeras parcerias que se propõe a algo além de discutir e executar a empregabilidade, desejamos avançar e construímos juntas projetos e ações para que estas mudanças de fato ocorram. Não buscamos vagas exclusivas para pessoas Trans, mas sim um mundo inclusivo. A TransEmpregos trabalha para que pessoas possam ser analisadas pelo RH sem sofrerem preconceitos e discriminações neste processo (TRANSEMPREGOS, S/P).

É importante destacar que o Programa Transemprego é uma iniciativa criada para melhorar a situação de travestis e transexuais no mercado de trabalho, mas ele não é uma solução única para todos os problemas enfrentados por essa população. É necessário múltiplas ações e medidas para garantir a inclusão social e econômica de travestis e transexuais, incluindo medidas de combate à discriminação e violência, acesso à educação e saúde, e políticas de inclusão no mercado de trabalho. Vale salientar que a transfobia é uma violência criada pelo Cissexismo, dessa forma tem que ser um compromisso da sociedade brasileira em todo o seu Sistema trabalhar para erradicar as atrocidades cometidas e a exclusão histórica. O Brasil também carrega em sua trajetória o dever de reparar essa dívida.

Uma outra ferramenta muito importante atendida pelo poder público, mas formulada pelos movimentos sociais - principalmente pelas conferências realizadas por travestis e pessoas trans -, em 2015, é o programa Transcidadania em São Paulo. Compreendendo que existe um ciclo que se repete de exclusão e violências nas vidas dessa população, que começa com a expulsão dos lares e impossibilita esse público a construir uma trajetória de acesso a oportunidades, qualificação e renda, o programa envolve diversas secretarias/esferas do poder público quando se depara com o nível de vulnerabilização do público e a falta de orçamento destinado à política pública para pessoas LGBTQIA+:

O programa TransCidadania foi criado pelo Decreto 55.874 de 29 de janeiro de 2015, sancionado pelo então Prefeito da capital paulista, Fernando

Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). Seu lançamento também ocorreu no dia 29 de janeiro, data em que se comemora o dia nacional da visibilidade trans (SANTOS e PEREIRA, 2018, p. 5).

Esse programa tem uma amplitude de conexões, uma rede de gestores se conectam para sua efetivação, frente ao enorme desafio que é transformar a vida das travestis e de pessoas trans através da inclusão social em esferas primordiais. Entretanto, quero enaltecer a importância do olhar e da escuta dos movimentos sociais para o desenvolvimento da ação.

Lançado pela prefeitura de São Paulo em janeiro deste ano, o Programa Transcidadania, uma política afirmativa voltada para travestis e transexuais, só foi possível devido à intersectorialidade entre seis secretarias municipais. Essa é a opinião do coordenador de Políticas para LGBT da Prefeitura de São Paulo, Alessandro Melchior, em entrevista concedida ao Centro de Referências em Educação Integral. Uma das ações do programa é garantir o retorno das participantes ao ensino fundamental e médio, por meio da Educação de Jovens e Adultos - EJA (ZINET, 2015, S/P).

Seis secretarias foram envolvidas na efetivação do programa devido a alto grau de complexidade e da escassez, precariedade, abandono social que vivem essas populações.

Ainda segundo informações do site da Prefeitura de São Paulo, além da SDHC/SP, outras cinco Secretarias Municipais (Saúde, Educação, Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Políticas para as Mulheres, Assistência e Desenvolvimento Social) também atuam com ações específicas e recursos próprios no Programa TransCidadania (SANTOS e PEREIRA, 2018).

Atualmente, o programa Transcidadania, a partir da Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos LGBTQIA+, sendo esta coordenada por Symmy Larrat, uma das idealizadoras do programa Transcidadania tem a pretensão de expandir para todo o Brasil e, já há, em alguns estados brasileiros, a estruturação para implementação desta política pública que é um sucesso em São Paulo e tem mudando a vida de diversas pessoas trans na cidade.

Em 2021, a Redetrans Brasil inicia uma ação nacional em *advocacy* de qualificação, empregabilidade e empreendedorismo em dez capitais brasileiras no intuito de construir oportunidades de inclusão para pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho, o projeto Oportunizar. A Rede, no seu 4º *workshop* nacional, antes da pandemia da covid-19, discutiu estratégias para minimizar os impactos da exclusão sociais com as instituições filiadas em todo o Brasil e, em 2021, lança o Oportunizar, a ação Nacional de empregabilidade trans em 10

capitais do Brasil, Belém (PA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Brasília (DF), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Vitória (ES), Goiânia (GO) e Macapá (AP).

Executado desde fevereiro pela ONG Rede Trans Brasil, o projeto Oportunizar compreende um conjunto de iniciativas organizadas com objetivo de fomentar alternativas para empregabilidade de pessoas trans. O plano de ação prevê atividades de *advocacy* (processo de comunicação institucionalizada através de reuniões e solicitações) e formação de lideranças comunitárias em cidades das cinco regiões brasileiras. A partir daí serão criadas redes locais de parcerias com gestões públicas e empresas privadas. Essas redes vão gerar e alimentar um banco de dados, publicado através de site institucional com informações dos parceiros de todos os estados, além da divulgação de vagas de empregos e cursos viabilizados a partir dessas parcerias (DESTAQUE, 2021, S/P).

O Oportunizar foi um projeto incrível o qual tive a imensa satisfação de participar por um ano sendo a multiplicadora<sup>8</sup> em Pernambuco através da instituição afiliada local, a qual estou na presidência que se chama NATRAPE (Nova Associação de Pessoas Trans e Travestis de Pernambuco). Nesse processo de *advocacy*, partindo de nossa capital, Recife, mas se estendendo pelo estado, pude fazer encontros e obter resultados que foram significativos para nossas populações, mas que foram, ao meu ver, muito iniciais pelo que encontrei nesses espaços. No próximo capítulo esmiuçarei um pouco mais sobre o projeto em minha trajetória enquanto uma liderança política em Pernambuco.

Em suma, esses programas e projetos são ferramentas de inclusão oriundas de um processo de profunda exclusão dessas populações em espaços muito importantes para o desenvolvimento de qualquer pessoa. Do mesmo modo que os mesmos são produzidos por pessoas trans. Embora o transcidadania esteja se tornando a partir de um governo progressista atual, um programa nacionalizado não atingirá realmente todas as dificuldades e violências sofridas por esse público. Primeiro pela autonomia e a vontade de cada unidade federativa do país, tudo vai depender de quem está gerindo esses estados, e como temos visto, há uma expressiva ascensão de uma extrema direita no Brasil angariada pelo bolsonarismo. Segundo que, o programa transcidadania e outros projetos até então, não conseguem acessar ou garantir a não expulsão das pessoas trans das famílias, e isso afeta diretamente a maior parte dessas populações por desestruturar a base psicossocial, afetiva e econômica das pessoas trans, inclusive para acessar tais políticas e iniciativas supracitadas.

---

<sup>8</sup> Uma pessoa, agente, que irá multiplicar o que foi aprendido no projeto com outros pares locais (Recife-PE) e também contribuir com ações que possam fortalecer a iniciativa.

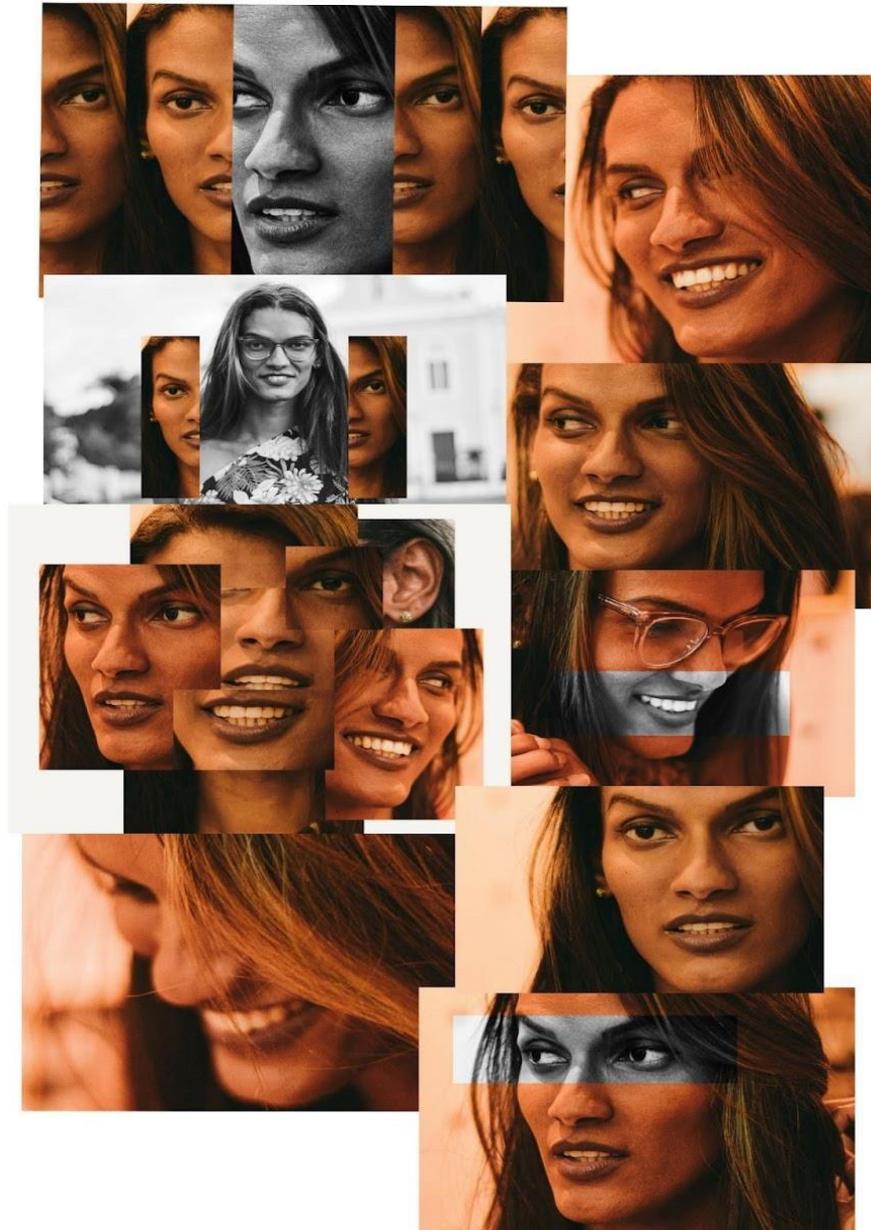
Logo, essas iniciativas são necessárias, mas não suficientes para reverter esse abismo enorme que separa o sistema atual brasileiro das vidas de pessoas trans. Interessante seria que existissem campanhas informativas em âmbito nacional, políticas públicas e leis voltadas a proteger e a inserir essas populações nesse sistema brasileiro que é cissexista e, por isso, que a ruptura de tal sistema atualmente vigente é o principal caminho para essa inclusão. Symmy Larrah, atual Secretária nacional da política LGBTQIA+ nos alerta sobre o combate da política anti gênero que se expande em toda América Latina:

[...] Discursos e movimentos antigênero na América Latina, Symmy Larrat defendeu uma reação ao sistema de políticas opressoras que tem como foco as pessoas trans. A política antigênero é um guarda-chuva que se alimenta do medo. Essa estratégia ganha força na América Latina, onde o foco central é a transgeneridade. (...) A gente precisa reagir a esse pânico de que as pessoas trans vão acabar com a família, transformar crianças. Esse pânico faz com que pessoas comecem a perseguir pessoas (BATISTA, 2023, S/P).

Como alerta, Symmy, essa comunicação do ódio contra pessoas trans aprofunda mais ainda as desigualdades e exclusões desta população além de instrumentalizar outros atores opressores que, por sua vez, se tornam reprodutores e fortalecedores de um cissexismo que violenta, exclui, maltrata, persegue e assassina pessoas trans não apenas no Brasil, como diz nossa secretária nacional, mas em toda a América Latina.

Em suma, são grandes os desafios para que possamos reverter esse processo, mas temos iniciativas como as supracitadas que devem se tornar modelo em todo o Brasil. Além de outras diversas ações que partam tanto do poder público como do privado, a exemplo de investimentos em editais de instituições brasileiras ou de outras países, fortalecimento das instituições trans nos municípios e estados junto ao distrito federal, campanhas informativas nacionais por parte do Governo Federal, direcionamento de emendas parlamentares para projetos e programas de formação e qualificação, garantia de orçamento para a políticas LGBTQIAPN+ federais, estaduais e municipais para que assim a própria esfera implementa ações de qualificação e empregabilidade para as vivências trans, cotas para pessoas trans em todos os setores da gestão pública, leis de incentivo fiscal para estimularem as empresas privadas a contratarem as pessoas trans, campanhas nas escolas permanentes, inclusive formações continuadas em todos os setores para garantia da integralidade de pessoas trans em todos os âmbitos da educação no Brasil, entre diversas outras iniciativas que possam tornar o país em um lugar acessível para a população trans.

**2. SABERES QUE ME ATRAVESSAM: O MEU LUGAR ENQUANTO MULHER  
TRANS, NEGRA, DE PERIFERIA E COMO RESULTADO DA POLÍTICA DE  
DESEMPREGABILIDADE TRANS**



A exclusão de mulheres travestis e pessoas trans em todas as esferas da sociedade brasileira é sistêmica. Peço-lhes licença para falar deste lugar enquanto mulher trans que apenas aos 31 anos consegue chegar a uma universidade, e até hoje aos 35 anos nunca tive minha carteira assinada.

Minha mãe sempre disse que eu era exemplar, minhas notas do ensino fundamental e médio sempre foram acima da média nas escolas públicas onde passei, concluí o ensino médio aos 17 anos e tão logo eu tive que interromper minha trajetória na educação devido ao grau de dificuldade financeira que minha família enfrentava na época. Superando as estatísticas, mas também compreendendo a minha transição tardia, temos os seguintes dados:

A evasão escolar, acontece em média quando a pessoa completa 13 anos de idade. Neste momento, elas são expulsas de casa pelos pais ou tutores e, sem amparo legal, passam a viver nas ruas. Como reflexo, estimou-se que, em 2018 no Brasil, cerca de 0,02% estavam na universidade, 72% não possuíam ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental (FELIPPE MARINA, 2020, S/P).

Aqui me atrevo a refletir sobre o sentido da palavra ‘evasão’, que se coloca como alguém que foge, que não permanece, que se afasta, muitas vezes simplesmente não se identifica com tal situação. Entretanto, travestis e pessoas trans não evadem dos espaços de educação, na realidade, esse modus operandi de uma série de exclusões, violências e desigualdades, fazem com que essa população não consiga chegar às esferas educacionais ou mesmo, quando adentram sofrem uma série de transfobias institucionais: Nome social e identidade de gênero não respeitados nem por parte da gerência desses espaços, nem por partes das próprias pessoas discentes. O Censo de 2020, da Redetrans Brasil, traz os seguintes dados sobre escolaridade:

Até que nível da escola você chegou?  
1.161 respostas

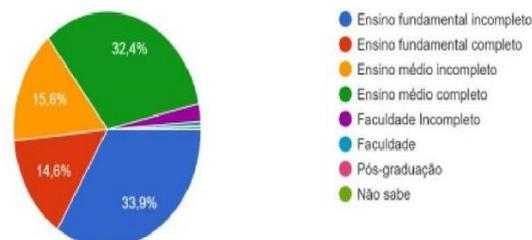


GRÁFICO 07: Escolaridade

Fonte: Censo Redetrans 2020.

No gráfico acima, do Censo da Redetrans Brasil, apenas 32,4% dessa população consegue concluir o ensino médio e 33,9% nem conseguem concluir o ensino fundamental, que, se formos fazer uma simples análise, são bem próximos da faixa etária de expulsão dessas pessoas do ambiente familiar. Logo, essa aproximação pode estar apontando o quanto essa violência da expulsão dos lares impacta na educação e conseqüentemente na qualificação e emprego desse público. Não obstante, temos ainda um fator mais agravante tendo em vista que não são dados oficiais governamentais, ou seja, a situação pode ser ainda mais grave.

Minha transição foi bastante tardia, minha família era muito preconceituosa e, na época, eu não tinha acesso à informação sobre as Travestis e mulheres trans, mesmo que tivesse eu jamais teria transicionado, pois eu também era extremamente transfóbica por herança dos costumes familiar. Acredito que isso, apesar de ser terrível, não me levou a prostituição, por não ter sido expulsa de casa antes da conclusão do ensino médio, e também o fato de eu ter começado a trabalhar como cabelereira desde os 13 anos de idade. Aos 18 comecei a trabalhar informalmente num salão próximo a minha casa por indicação de uma cliente que posteriormente seria minha sócia.

Não tenho como não registrar aqui as inúmeras transfobias que vivenciei no primeiro salão onde trabalhei, tinha 18 anos e estava começando a me hormonizar a partir de indicações de um amigo/irmão e algumas travestis que começam a surgir em minha vida por meio do hobby, jogar vôlei. Aliás, o vôlei foi o meu transterritório de reconhecimento, afirmação, onde me sentia feliz, em casa e segura - quase todos os dias. Na época eu experimentei diversos hormônios femininos, sendo estes vendidos como contraceptivos para mulheres cis.

Lembro-me de uma fala extremamente transfóbica da dona desse salão. Um certo dia, depois de alguns anos de trabalho informal, na era das escovas progressivas onde passávamos horas inalando formol para alisar cabelos, eu já muito desgastada de tantas violações de direitos trabalhistas e transfobias, diversas vezes pensei em abandonar o local de trabalho. A dona, gritou dizendo que eu estava tomando aquelas atitudes porque eu estava com inveja da filha dela porque ela era mulher e eu não. Aquela atrocidade foi a última transfobia que ela cometeria, pois eu não suportava mais nem chegar ou pensar naquele lugar. E, mesmo eu sabendo que eu era uma mulher trans e que ela estava errada, eu não era politizada e não havia ferramentas jurídicas para que eu pudesse processá-la, como o entendimento do Supremo Tribunal Federal em 2019 que equipara a transfobia ao crime de racismo. Mesmo sendo um emprego informal,

eu sofria inúmeras violências, a Redetrans (2020), trabalhou em seu Censo com a categoria trabalho, e temos tais resultados:



GRÁFICO 08: Trabalho

32

Fonte: Redetrans Brasil 2020

Como podemos ver, o gráfico acima traz dados alarmantes sobre as condições de acesso ao trabalho formal do público de travestis e pessoas trans, o recorte de gênero nesta pesquisa é essencial, visto que, mais de 99% são mulheres trans e travestis. O que mais assusta é o dado de 89,5% dessa população serem profissionais do sexo, ou seja, é o seu modo de sobrevivência. Em 2019, o IBGE revela sobre força de trabalho dentro da formalidade:

Levantamento divulgado hoje (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no país em 2019. Entre os homens, esse percentual foi 73,7%. A força de trabalho é composta por todas as pessoas que estão empregadas ou procurando emprego (RODRIGUES, 2021, S/P).

Mais da metade do gênero de mulheres cis no Brasil estão inseridas ou fazem parte do processo de empregabilidade no Brasil, na contramão disso temos 89,5% das travestis e mulheres trans sobrevivendo da prostituição, o abismo é enorme entre mulheres trans e travestis e mulheres cis ao mercado de trabalho formal. Essa comparação, é apenas para compreendermos que há uma enorme desigualdade dentro do campo de gênero feminino, e

jamais para falar de privilégios na luta feminista, que de longe, as mulheres cis têm todos os seus direitos garantidos.

Há uma série de violências que excluem, impossibilitam e afastam as travestis e pessoas trans da esfera do trabalho formalizado. Sayonara Nogueira, fala do conceito de “morte social” enquanto um processo de exclusão e de apagamento de qualquer tipo de possibilidade de existência de travestis e pessoas trans. A sociedade vai excluindo de todos os espaços sociais, um a um até que não consiga sobreviver e aconteça a morte física, diz Sayonara:

Toda essa violência a que travestis e mulheres trans estão submetidas no Brasil deve-se à nossa herança colonial, que coloca o homem como centro de referência de tudo, gerando uma sociedade patriarcal, baseada no machismo e na violência de gênero. Então, essa violência é uma violência de gênero, tanto mais quando rompemos com a expectativa da binaridade de gênero, argumenta a geógrafa Sayonara Nogueira, diretora do IBTE (VEIGA, 2021, S/P).

Nogueira reforça, assim como Jesus, que as estruturas históricas do Brasil e suas mazelas sociais corroboram com as violências transfóbicas que são relatadas cotidianamente nas manchetes dos jornais e meios de comunicação na atualidade. Xica Manicongo foi prova viva de que essa instrumentalização e institucionalização das violências de gênero não são novidade no nosso país. Sendo assim, esse ciclo de exclusões não pode ser pensado como algo recente e isolado, podemos considerar que faz parte do *modus operandi* implementado na colonização brasileira e que se consolida até a atualidade.

Sobretudo, não podemos deixar de registrar que, em 2019, o IBGE, divulgou dados sobre populações homossexuais e bissexuais no Brasil, segundo o Instituto, 1,8% da população brasileira declarou homo ou bissexual. Ou seja, a primeira vez que o órgão coleta dados de diversidade é apenas sexual, excluindo as identidades de gênero da população de travestis, pessoas trans e demais vivências. Mais uma vez o Estado se nega, não permite ou se omite em coletar dados sobre travestis e pessoas trans se isentando de sua responsabilidade e deixando tudo nas mãos das Instituições Não Governamentais.

Logo, é algo endêmico, e se faz extremamente necessária uma força tarefa que requer esforços contínuos de todos os setores da sociedade brasileira. Na educação, assistência social - direcionamento às políticas assistenciais para esses público - , na saúde, na infraestrutura - incluir pessoas trans e travestis nos programas de moradia governamental - , na qualificação, no trabalho - construir programas e projetos nacionais de inclusão, como, por exemplo, o

transcidadania, criar cotas nas empresas, nos serviços públicos, nas universidades, construir leis de incentivo fiscais nos governos federais estaduais e municipais para empresas inclusivas - na cultura, na família e principalmente na economia visto que não há como estruturar uma sociedade mais diversa e inclusiva sem investimento financeiro em políticas públicas, mecanismos e política LGBTQIAPN+, seja pelo âmbito público, seja pelo privado. As leis orçamentárias, LDO e LOA, as emendas parlamentares, os editais públicos e privados são espaços potentes de direcionamento de recurso financeiro.

A ferramenta jurídica mais potente, que é a decisão da suprema corte do país, em 2019, quando equipara as violências contra pessoas LGBTQIA+ ao crime de racismo, não tem dado conta das exclusões estruturais e dos crimes, tendo em vista a permanência do Brasil, em 2022, no topo do ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis. Se fazem necessárias também intervenções de leis e programas, a partir dos poderes legislativos e executivos nas instâncias nacionais, estaduais e municipais. Deste modo, não será de um dia para noite e nem pode depender unicamente do poder judiciário, é preciso que o Estado brasileiro como todo assuma que existe uma política de extermínio de nosso povo e que se comprometa a combatê-la de forma contínua em diálogo com as demandas advindas da sociedade civil organizada. Sem uma escuta qualificada oriunda de nós, que sabemos todas as dores e violências vividas, as políticas públicas se tornam ineficazes.

## 2.1 Oportunizando pessoas trans e travestis em Pernambuco através da ação nacional de qualificação e empregabilidade: o projeto Oportunizar

Eu tive a imensa satisfação de atuar como uma multiplicadora aqui em Recife-PE, do projeto da Redetrans Brasil, o Oportunizar, com o objetivo de conseguir construir junto a alguns setores na capital, formas de incluir pessoas trans nas áreas de qualificação profissional, empreendedorismo e empregabilidade. O projeto, inicialmente tinha o propósito de atingir três setores-chave para alcançar seu objetivo principal, os quais eram a Gestão Governamental municipal, mas também, caso conseguisse a estadual, o Sistema S e suas nove instituições SEBRAE, SENAI, SESC, SESI, SENAR, SEST, SESCOOP, SENAT, SENAC. Entretanto, em Pernambuco, só foram acionados o SENAC, SEBRAE, SENAI e SESC - e por fim, qualquer empresa privada do Recife e ou Pernambuco.

O convite foi feito pela própria presidenta da Redetrans, Tathiane Araújo, uma das grandes lideranças nacionais na luta por garantia de direito das pessoas trans, por meio da instituição local a NATRAPE (Nova Associação de Travestis e Pessoas trans e de Pernambuco)

a qual sou atual presidenta. Outras nove capitais e seus respectivos estados, os quais já foram supracitados no segundo tópico do primeiro capítulo, também foram acionados levando em conta lideranças locais e suas instituições afiliadas à Rede Nacional de Pessoas Trans num período de um ano.

Nesse ínterim, nos primeiros meses, tivemos uma formação presencial em Aracaju-SE, para que possamos emergir nas estratégias de advocacy para as nossas atuações, do mesmo modo que a construção de uma cartilha e um Zine no sentido de informar as empresas e o público de pessoas trans. A cartilha, para as empresas, Sistema S e Gestão, tinha uma linguagem mais formal e tinha a finalidade de informar quais os direitos da população trans e como construir ambientes livres de transfobias. O Zine, para o público trans, é um mini manual de como se preparar para uma entrevista de emprego, tendo em vista que um dos objetivos do projeto é a empregabilidade.

Na Capital, em Recife, tivemos respostas e ações por parte da gestão local por meio da Secretaria de Mulher, Núcleo LBT da Secretaria da Mulher, Secretaria de Desenvolvimento Social Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, a Gerência de Livre Orientação Sexual, Centro Municipal de Referência em cidadania LGBT. O processo de articulação dessas atividades foi via ofício por e-mails, telefone, whatsapp, mas também articulação com a rede da política LGBT. Outrossim, articulamos com o poder legislativo, com reuniões no intuito de construir projeto de Lei de Incentivo fiscal para empregabilidade de travestis e pessoas trans no setor privado, mas também de provocar a capital a efetivar seu próprio projeto localmente por meio de emendas parlamentares, considerando as demandas advindas do movimento social localmente instituídos.

Com a Secretaria da Mulher do Recife e o Núcleo LBT conseguimos incluir mulheres travestis e trans em feiras de exposição de mulheres que atuam com trabalhos manuais e artesanato e grupos de construção desses materiais. Outrossim, conseguimos inserir algumas travestis e mulheres trans no programa CREDPOP, uma ação da prefeitura do Recife para liberação de créditos para pessoas que empreendem. Entretanto, foi uma ação pontual que, pelo que tenho conhecimento, não surtiu muito efeito pois a ação previa uma pessoa fiadora para essas mulheres. Todavia, quem iria se colocar à disposição financeira para uma população que mal consegue sobreviver da prostituição? Logo nos esbarramos nos critérios excludentes que essas políticas oferecem, que novamente, não permite que travestis e pessoas trans as acessem.

Tivemos ainda ações conjuntas, que reuniram alguns setores de duas secretarias: A Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas através da Gerência Livre de Orientação Sexual e da: Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, por meio das pastas de Trabalho e Empreendedorismo. A ação se deu em dois dias consecutivos no Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT que ofertou, por meio da Arena Go Recife - uma iniciativa conjunta entre a capital e o Estado de Pernambuco disponibilizando serviços de empregabilidade e empreendedorismo - com prioridade para travestis e pessoas trans, palestra com profissionais do Senac, cadastro para microempreendedores (MEI), inscrições para diversos cursos. Apesar do momento ser muito amplo e de ter bastante importância para nossa população naquele momento, eu não fiquei sabendo a posteriori de nenhuma pessoa que tenha sido chamada pelos cursos que as mesmas se inscreveram. Tendo em vista que, as prioridades das inscrições eram para as pessoas trans que são afiliadas à NATRAPE, a instituição a qual sou atual presidenta e que tenho acesso a todas as pessoas que foram inscritas. Infelizmente mais uma vez ficamos apenas na “porta” das políticas que são tão caras e importantes para nós.

Também tivemos Reunião na Câmara Municipal do Recife com algumas (uns) vereadoras (es) parceiros as causas LGBTQIA+, para que a partir dos dados alarmantes sobre a população de travestis e pessoas trans, principalmente de quase 90% serem profissionais do sexo, pensar em projetos de leis que pudessem efetivamente ajudar a incluir essas populações no mercado de trabalho formal. O diálogo foi muito importante, e os parlamentares se colocaram à disposição para provocar e até mesmo levar uma proposta de Lei de isenção fiscal que já é uma realidade em alguns lugares do Brasil a exemplo do Distrito Federal<sup>9</sup>. Ademais, conseguimos na construção da LOA de 2021/2022 Cem mil Reais de Emendas Impositivas com quatro vereadores de três partidos PT, PSOL e PCdoB destinar essa quantia para a política LGBTQIAPN+ do Município, através da GLOS, para execução de projetos/programas direcionados à qualificação, empreendedorismo com a finalidade encaminhar essa população para o mercado de trabalho.

O ano de 2022 foi um ano de muitas turbulências tendo em vista as crises e um cenário apocalíptico na política partidária nacional, na economia e em todas as esferas possíveis da sociedade brasileira, ano de derrotar uma extrema direita que se colocava enquanto

---

<sup>9</sup> A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, nesta quarta-feira (16/9), projeto de lei que prevê reserva de vagas de emprego, de aprendizagem profissional e de estágio para travestis, transexuais e transgêneros empresas privadas que recebem incentivos fiscais ou tenham convênio com órgãos do poder público (NIEDERAUER, 2020, S/P).

antidemocrática e que tinha levado o Brasil a uma guerra generalizada. Esse ano todas as forças progressistas possíveis de uniram para derrotar o ódio, uma ideologia fascista que inclusive atacava, e ainda ataca, ainda mais o público LGBTQIA+, no entanto, vencemos, mas o desmonte das políticas que são tão importantes para as populações mais vulnerabilizadas foi muito grande, e estamos neste momento tentando reverter toda essa estrutura perversa que odeia pobres, a população indígena, preta e quilombola, LGBTQIAPN+ e todas as outras dissidências. Contextualizo para historicizar, mas também para justificar um acúmulo positiva de recurso, atualmente o valor está em 250.000,00 devido a não realização com o recurso de 100.000,00 em 2022 e, em 2023, o acréscimo de mais 150.000,00 também pela LOA e também por Emenda Impositiva.

Foi instituído o Conselho Municipal dos Direitos das Populações LGBTQIAPN+ em esse ano de 2023, o conselho tem o caráter deliberativo de como a política LGBTQIAPN+ deve ser efetivada. Foi deliberado numa das reuniões no início deste ano que editais serão lançados para que as instituições possam participar e executar as ações visando a qualificar, desta vez toda a população LGBTQIAPN+. Resumidamente, ações importantes foram realizadas, mas não foram de modo continuado, mas conseguimos fazer articulações e iniciar a discussão e a importância de iniciativas de qualificação, empregabilidade e empreendedorismo em algumas esferas do Recife, de modo muito tímido e inicial, mas temos um fruto de 250.000,00, fortalecimentos e a discussão da importância de iniciativas como o Oportunizar.



Reuniões com a Secretaria da Mulher do Município, Núcleo LBT e parlamentares da Câmara Municipal de Recife.



Audiência pública sobre empregabilidade e ação no Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBTQI+ com a Arena Go Recife.

Pela gestão estadual, em Pernambuco, consegui em articulação com a Secretaria de Trabalho, Emprego e Qualificação quarenta vagas em cursos de Qualificação em convênio com o Senac, vinte vagas no curso de Barbearia e vinte em Designer de Sobrancelhas e concomitantemente nessa mesma parceria, envolvendo bastante a antiga Coordenadoria LGBTQI+ do Estado - sendo atualmente uma Gerência - e à GLOS e o SINE, conseguimos um dia inteiro de ações numa agência de trabalho, ofertando, carteira de trabalho retificada e guichês com vagas do dia exclusivas para pessoas trans. Foi uma articulação bem produtiva, algumas travestis, mulheres trans e homens trans já eram do ramo da beleza enquanto uma segunda alternativa frente à prostituição. Os cursos ajudaram muito, entretanto não houve nenhuma contratação do ponto de vista das vagas de emprego oferecidas pela agência do trabalho.

Nesse mesmo processo, em outra articulação com o Porto Digital, em específico com o MINAS (Mulheres, Inovação, Negócios e Artes) um programa de equidade de gênero dentro do Armazém da Criatividade do Porto, conseguimos, em Caruaru, dez vagas no curso de Economia Criativa as quais apenas três foram ocupadas e dessas três nenhuma concluiu o curso. E mais quarenta vagas exclusivas para uma trilha sobre processo seletivo, o Transforma Meu Currículo, tendo como público alvo mulheres trans e travestis. Essa experiência foi incrível pois conseguimos, das vagas totais, que vinte e três pessoas concluíssem. Esse feito se deu principalmente por compreender a realidade precária da nossa população e subsidiar com 100 reais as participantes envolvendo outras empresas. Ou seja, o MINAS disponibilizou a formação e outras empresas contribuíram com 4.000,00 para a ajuda de custo. No processo de idealização, contratação e efetivação via edital pelo MINAS, também sentamos com quatro empresas para conseguir o recurso de 4.000,00, partindo da compreensão das condições de nosso público. Notamos, a partir de uma avaliação do curso de Economia Criativa que não adianta apenas disponibilizar as vagas, precisamos

também dar suporte para a aderência da atividade, visto que quem trabalha enquanto profissional do sexo pode a qualquer momento aparecer a clientela, deste modo as participantes ficariam no “prejuízo” pois em sua maioria esse é o modo de sobreviver.

O Transforma Meu Currículo é um curso que ensina nosso público a como conseguir se preparar para entrevistas de emprego, desde a criação do currículo em si, inclusive o *LinkedIn*, até questões de linguagem, comportamento, vestimentas etc que teve durabilidade de pouco mais de um mês. Este ano, 2023, teremos uma segunda edição do Transforma, ao mesmo tempo em que estou a digitar esse trabalho. Iniciativas como essas, mesmo que de maneira curta, impactam e podem ganhar proporção ou se tornar referência para outras ações. Tenho como bastante positiva essa conexão com o Porto Digital, pois há uma continuidade, mesmo que num espaço de quase um ano, e após o término do projeto Oportunizar, mas que reserva vagas exclusivas para uma população tão massacrada e excluída.

Consegui também outros momentos presenciais inclusive com ex vice-governadora do Estado Luciana Santos, com ex Secretária de Direitos Humanos e a Gerência, com o CECH, o Centro de Combate à Homotransfobia, com a ex Secretária de Desenvolvimento Social. Infelizmente, não conseguimos o fortalecimento nem encontros com parlamentares da Assembleia Legislativa de Pernambuco para assim como o Município articular proposições de Projetos de Leis de cotas, incentivos fiscais ou mesmo emendas parlamentares. Mandeí ofício para alguns, mas não tive retorno. O Oportunizar teve o prazo de um ano, e aproveitei ao máximo para aprender com o processo, mas também construir o máximo de parcerias possíveis para que pudéssemos avançar na questão da empregabilidade em Pernambuco. A NATRAPE, a Nova Associação de Travestis e pessoas Trans de Pernambuco, enquanto apoio local e também precursora em ações de qualificação e empregabilidade no estado, tendo como referência o Oportunizar, e também ter participado da construção da destinação dos 100.000,00 reais iniciais pela LOA, elaborou um projeto para conveniar ou participar do edital que será lançado pela prefeitura do Recife, visando a execução desse recurso que hoje se acumula em 250.000,00 reais.

O Conectrans, projeto assim intitulado, prevê ações de qualificação e de multiplicação, assim como fiz no Oportunizar, nos setores públicos e privados da Região Metropolitana do Recife, para que corpos assim como o meu, mas também a propriedade em fazer *advocacy* a partir das nossas vivências de diversas exclusões possam impactar outros espaços e com isso abrir novas oportunidades para nossa população. Esse é um dos maiores frutos do projeto e espero que se efetive e que inúmeras outras iniciativas sejam realizadas em Pernambuco que, apesar de ser pioneiro e

exemplo de mecanismos e ferramentas LGBTQIA+ e ter um vasto quantitativo de instituições, está ainda iniciando a sua jornada no que diz respeito às políticas de inclusão de travestis e pessoas trans na qualificação, empreendedorismo e empregabilidade.



Reunião com a ex-governadora de PE Luciana Santos junto à RedeTrans Brasil e encontro com o CECH, a ex-secretária de Direitos Humanos e a sua ex-gerente.



Cards de divulgação das ações do projeto Oportunizar e seus parceiros firmados em Pernambuco.

## 2.2 Transnarrativas sobre processos de exclusões e o desdobramento para a desempregabilidade

Os relatos sobre as transfobias quando se trata de corpos trans tentarem, estar ou acessarem a empregabilidade são muitos. Nesse sentido, traremos à baila alguns desses relatos e com ênfase nos que dizem respeito à exclusão ou às transfobias nos processos de seleção de emprego.

Para o jornal da CNN, em 2021, Edilene Souza, mulher trans, formada no curso de Cinema, e mesmo após um ano de formada não conseguiu emprego de carteira assinada, diz Edlene sobre as transfobias nos processos de entrevistas:

No começo sentia bastante [preconceito], e ia nas entrevistas muito vulnerável, já esperando que viesse algo em algum momento”, relata. Neste contexto de

desemprego, o jeito de manter a renda foi empreendendo com uma lojinha de roupas e se tornando transista (AGUIAR,2021, S-P).

Não à toa que temos dedos de quase 90% dessa população enquanto profissionais do sexo, muitas pessoas trans, principalmente mulheres trans e travestis ou nem conseguem chegar numa entrevista de emprego devido aos critérios de seleção. Geralmente pela exigência do ensino médio completo ou superior, e, como vimos anteriormente aqui, temos um percentual apenas de 33,9% que conseguem concluir o ensino médio. Entretanto, no caso de Edlene, a transfobia fica ainda mais evidente por ela ter ensino superior e ainda assim não conseguir dar continuidade em passar por processos seletivos pelo grau de vulnerabilização que encontramos até mesmo em espaços de “poder”.

Mesmo dentro de espaços já consolidados, com a carteira assinada, as pessoas trans não conseguem se sentir seguras. Noah, homem trans negro, agente de transformação social, entendendo e vivenciando as transfobias institucionais, construiu uma ferramenta de inserção e formação do público trans ao mercado de trabalho:

Noah Scheffel, ao realizar sua transição de gênero, em 2019, percebeu que seu local de trabalho não era como ele imaginava: a transfobia começou a fazer parte da sua rotina. Decidiu agir para evitar que essa violência fizesse novas vítimas e, com o apoio de uma amiga, fundou em Porto Alegre o EducaTRANSforma (AGUIAR,2021, S-P).

Um pouco sobre o projeto EducaTRANSforma: “o projeto oferece capacitação gratuita e inserção de pessoas transgênero (transexuais, travestis, não binários) no mercado de trabalho da tecnologia, buscando ser uma ponte entre pessoas trans e empresa.” (AGUIAR,2021, S-P).

Com o impacto da pandemia de covid-19, em 2020 o EducaTRANSforma, migrou para a modalidade online:

Em decorrência da pandemia e antes que completasse um ano de existência, o EducaTRANSforma precisou migrar do presencial para uma plataforma online. “Com as novas turmas para o curso online, em agosto de 2020, tínhamos orçamento para 50 vagas e recebemos mais de 1.600 inscrições em três dias”, conta (AGUIAR,2021, S-P).

O número de inscrições muito acima da quantidade de vagas é, em si, um indicativo da alta necessidade de inclusão das pessoas trans em espaços de qualificação e emprego. E, também reflete a importância de investimentos em políticas públicas efetivas para esse público.

Se nas zonas urbanas, nas grandes metrópoles a dificuldade de acesso e a exclusão ao mercado de trabalho por pessoas trans e travestis é gigante, diante dos dados que trouxemos aqui, como deve ser esse processo nas zonas mais afastadas, rurais? Como não é o objetivo deste trabalho se aprofundar nessas vivências nos interiores, apenas traremos um relato de uma mulher trans, Paolla Martins, de Lagoa da Prata, interior de Minas Gerais, diz Paola sobre diversos processos de violências e exclusão:

Ser trans no interior e enfrentar a transfobia e o preconceito diário... É não conseguir alugar uma casa para morar só por ser trans; quantas e quantas portas batidas na cara procurando emprego simplesmente por chegar na entrevista e ser quem eu sou. As pessoas olham sua aparência e sexualidade, não o seu caráter e o seu profissionalismo... O que falta é oportunidade, porque talento todos nós temos! Espero que um dia mude e que as pessoas comecem a nos enxergar que somos como todos”, respondeu Paolla (ALVES,2023, S/P).

Paolla logo indica que o seu corpo é um impeditivo para conseguir um emprego formal, a sua condição de gênero, marcada, vulnerabilizada, “marginalizada” faz com que as portas sejam “batidas em sua cara”. Ela continua quase nas últimas linhas do trecho denunciando que não é por falta de competência e sim por não ter oportunidade de mostrar sua competência profissional, novamente ela está dizendo que não importa se você tem formações, ótimas práticas, seja eficiente ou qualquer outra exigência das empresas, você tendo um corpo que rompe com o padrão você automaticamente será uma pessoa excluída.

Daniella Barros, 25 anos, passou 4 anos enquanto atendente de telemarketing, após o período de transição ela não consegue mais ter outras oportunidades de emprego:

Depois que eu transicionei, não dava mais para esconder o cabelo e os seios e vestir roupas masculinas, fingindo que era menino. Foi aí que me vi totalmente fora de tudo no mercado. Em toda empresa que eu ia deixar currículo com meu nome de registro, me chamavam para a entrevista. Quando eu chegava lá com aparência feminina eles tomavam um susto e depois entravam em contato dizendo que eu não fazia parte do perfil que eles procuravam”, aponta a jovem. Ela acrescenta que mesmo a experiência e escolaridade não garantem que uma pessoa transgênero consiga uma vaga, já que o preconceito é grande (MATOS, 2016, S-P).

Daniella no trecho dessa entrevista para a CEUB, relata a transfobia institucionalizada já no processo seletivo, novamente vemos que a condição de gênero, ou seja, o ser uma pessoa trans ou uma travesti por si só já aparece nos discursos aqui trazidos como a maior barreira para o trabalho formalizado. Ela ainda acrescenta que a formação e experiência não são suficientes para garantir a vaga de trabalho devido ao preconceito com as vivências transgêneras.

Em um outro trecho da entrevista, Daniella conta que não pode externalizar sua identidade de gênero aos 16 anos para poder conseguir concluir o ensino médio:

Eu me aceitei aos 16 anos, mas optei por não transicionar no período escolar por conta do preconceito”, revela. Além de precisar adiar a hormonização, ela ainda ressalta que quase abandonou os estudos por conta do *bullying*. “As pessoas ao redor não entendiam o porquê de eu me vestir tão afeminada. Isso as incomodava e aí eu era motivo de piada. Isso quase me fez desistir de estudar no segundo ano do ensino médio (MATOS, 2016, S/P).

Ela revela, através de sua fala, tanto as transfobias no âmbito escolar<sup>10</sup>, quanto denuncia que pessoas trans ou uma travesti não conseguem permanecer nos espaços de ensino por causa das diversas violências sofridas caso você não compactue com o padrão de gênero cis-heteronormativo vigente. Outrossim, também aponta para a falta de estrutura, políticas institucionais para assegurar a permanência dessa população na educação, desde formações continuadas com todas as pessoas profissionais passando pelas garantias de direitos do uso do nome social e do uso de banheiros de acordo com o gênero até campanhas, discussão de gênero e sexualidade e outros instrumentos de combate às transfobias nesses espaços.

Patrícia Correia de Jesus, 20, trabalhava numa empresa de Fast-food, mas com apenas um mês não aguentou tantas transfobias, “Chamavam ela pelo nome de registro. Ninguém precisa saber disso. É uma transfobia descarada” (MATOS,2016). Não adianta colocar pessoas trans em espaços que só irão perpetuar as violências, por isso a importância de formações continuadas com todo o corpo empresarial, implementação de uma política cultural de diversidade das empresas para garantir a segurança e permanência desse público nos espaços de trabalho.

---

<sup>10</sup> Um estudo realizado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) aponta que dentre 120 famílias, 77,5% de crianças e adolescentes transgêneros - entre 5 e 17 anos - foram vítimas de bullying no ambiente escolar. Para o levantamento foram ouvidos pais, mães e responsáveis de alunos transgêneros de 62 cidades brasileiras. Com base nos relatos, os coordenadores da pesquisa separaram os autores de violência entre adultos e crianças. No grupo dos adultos, 65% dos acusados de bullying eram profissionais das instituições de ensino. Deste número, 56% eram professores (SOUZA, 2021, S/P).

Júlia, 17 anos, numa situação de abandono da escola e da família e sem oportunidade de emprego, a única saída para a sua sobrevivência foi a prostituição:

As pessoas acham que a trans que está trabalhando na prostituição está ali porque ela quer. Não é assim. Não existem oportunidades. E quem precisa imediatamente do dinheiro, é a única opção. Essa é a realidade para a trans no Brasil. Eu cheguei até a trabalhar em uma barraca de cachorro-quente, mas me jogavam para a cozinha, onde ninguém podia me ver. Nunca que uma trans ia trabalhar vendendo, onde você fica visível para os clientes. Mas mesmo assim aos outros funcionários disseram que ficavam desconfortáveis comigo e eu fui demitida. E aí, rua (MATOS, 2016, S-P).

Infelizmente, o que vem indicando os dados sobre prostituição, de escolaridade, de exclusão em todos os espaços de sociabilidade é que a realidade de Júlia é o retrato da maioria das pessoas trans e travestis na sociedade brasileira. Não querem as pessoas trans em lugar nenhum, querem apenas sexo com seus corpos, não apenas presencialmente tendo em vista que o Brasil é o país que mais consome material pornográfico de pessoas trans no mundo:

Uma pesquisa realizada pelo site de vídeos pornográficos RedTube confirmou aquela conta controversa que o Brasil, país campeão em mortes de pessoas transexuais, é também o que mais pesquisa por conteúdo erótico desta camada da população em sites adultos (QUERINO, 2019, S/P).

A indústria pornô é uma esfera que tem lucrado bastante com materiais eróticos de travestis e pessoas trans, quero negritar que não pretendemos aqui fazer um percurso discursivo de moralização sobre trabalho sexual, nem tão pouco imergir no tema da exploração sexual desses corpos, mas sim poder refletir sobre a exclusão de pessoas trans de outras esferas de trabalho, o acesso restrito que pessoas trans têm frente a outras populações em lugares tão importantes para qualquer pessoa numa sociedade como a nossa.

Em resumo, todas essas transnarrativas dialogam como bastante proximidade com os dados que foram trazidos aqui, os dados estatísticos da Redetrans Brasil e os demais outros observatórios têm retratado a verdadeira face de um Estado que se omite, e que não por outro motivo a não ser de um falso moralismo que o estrutura, e que pelo que vimos não se propõe a legislar sobre a garantia dos nossos direitos e a reparação histórica que deve ser feita.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, acredito que a força tarefa de todas as esferas que aqui foram citadas, todas as instituições públicas e privadas são de extrema urgência e importância para que possamos virar a chave dessa mazela tão violenta que é a transfobia. Estamos em um momento histórico, político e econômico de um discurso de retomada e fortalecimento da democracia, mas nunca iremos alcançar esses ideais democráticos enquanto toda e qualquer população, grupo ou agente não tiver acesso e garantia de direitos. Não haverá democracia enquanto as travestis e pessoas trans forem expulsas, excluídas, perseguidas, violentadas e assassinadas brutalmente no Brasil.

Na academia não pode ser diferente, precisamos reconhecer os saberes travestis e trans, mas também criar formas de subsidiar e de acolher nossa população. Travestis e pessoas trans também são agentes que produzem em qualquer campo do conhecimento. Precisamos democratizar os espaços universitários, criar mais bolsas, cotas, grupos, linhas de pesquisas, projetos de extensão, do mesmo modo que ambientes seguros, formações continuadas para toda a composição desses espaços, assim como núcleos e coordenações de gênero e diversidade, disciplinas obrigatórias e eletivas, coordenações, departamentos de gênero e diversidade. Para que possamos formar, qualificar e ter pessoas docentes travestis e trans que possam construir sua trajetória na academia e garantir seu sustento.

Não haverá democracia sem que todas as travestis e pessoas trans não tiverem direito ao lar, à educação, à saúde, à qualificação, à cultura, ao emprego formalizado, digno e livre de transfobias. E jamais, podemos cair na tolice do discurso em que se uma travesti ou pessoa trans vencer na vida, todas vencemos. Não, nós não vencemos, a garantia de direito tem que ser coletivizada, para todas as pessoas de nossa população, nem tão pouco numa disputa tendo como base uma meritocracia num país tão desigual como o nosso, não tem sentido algum, isso só fortalece o sistema em vigência. Fiquemos em alerta, e que nossas táticas de sobrevivência ensinem a outros grupos e que rompam cada vez mais o sistema cissexista, que o Estado se comprometa em garantir nossos direitos efetivando mecanismos e ferramentas de reparação histórica de inserção da nossa população em toda a sociedade brasileira.

Acredito que a complexidade do tema faz com que esse trabalho contribua, incentive e dê um norte a outras produções para que não se limitem unicamente à saúde no campo das IST's, HIV/AIDS, violências, nem no campo da prostituição como temos visto na maioria das produções que existe. Que possamos ver as travestis e pessoas trans em sua integralidade, que possamos construir dados que contribuam para produção de políticas públicas em diversas

esferas das vivências travestis e trans. Nos verem enquanto humanas e com potência em produzir saberes nos diversos campos do conhecimento assim como trabalhar neles, estudar, se qualificar, formar, ter famílias diversas, ocupar espaços de poder como temos visto no cenário político partidário nacional e não apenas, assim também em empresas, indústrias, lojas, nos governos, nas universidades etc. Que possamos denunciar as atrocidades transfóbicas do cotidiano, mas também enaltecer, celebrar e reconhecer o poder das travestis e pessoas trans.

Que mortes nem sociais e nem físicas façam parte de uma política de extermínio de nossos corpos. Precisamos de políticas afirmativas garantidas pelo poder público, estar no IBGE, com respaldo de dados governamentais para que o Brasil veja o quão são violentos e desiguais os espaços onde sobrevivemos, essa responsabilidade não deve ser alheia ao Estado; que não precarizem mais nossas vidas e aprendam o quão potente somos e o quanto podemos contribuir para alcançar uma democracia justa, equânime e plena.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Estela. **Emprego para pessoas trans: o lento avanço no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/emprego-para-pessoas-trans-o-lento-avanco-no-mercado-de-trabalho/> acessado em 24-02-2023.
- ALVES, João. **Depoimentos de pessoas trans revelam a urgência de se debater inclusão no mercado de trabalho e acesso ao nome social** Disponível em: <https://www.jornalcidademg.com.br/depoimentos-de-pessoas-trans-revelam-a-urgencia-de-se-debater-inclusao-no-mercado-de-trabalho-e-acesso-ao-nome-social/> acessado em: 24-02-2023.
- ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **A Espacialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021.** Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.
- AYO. **Xica Manicongo: a primeira travesti do Brasil foi negra.** Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/01/xica-manicongo-a-primeira-travesti-do-brasil-foi-negra/> Acessado em 05/01/2023.
- BATISTA, Lívia. **“Política antigênero se alimenta do medo”, diz Symmy Larrat na Argentina.** Disponível em: <https://adiadorim.org/noticias/2023/03/a-politica-antigenero-e-um-guarda-chuva-que-se-alimenta-do-medo-diz-symmy-larrat-na-argentina/> Acessado em: 25-03-2023.
- BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. **Por uma epistemologia das resistências:** apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, 2018.
- BRONZE, Giovanna. **Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda ou emprego na pandemia.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/seis-em-cada-10-pessoaslgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-napandemia/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre,em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20inseguran%C3%A7a%20alimentar> acesso em: 13/07/2022.
- BUGRE, Artur. **Qual o lugar reservado para pessoas trans na sociedade?** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/arthur-bugre/2022/04/08/noticia-arthurbugre,1358654/qual-o-lugar-reservado-para-pessoas-trans-na-sociedade.shtml> acesso em: 13/07/2022.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa em assembléia. Ed. Civilização Brasileira. RJ, 2018.
- CHAVES, Léo Ramos. **As barreiras para pessoas trans.** Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-barreiras-para-as-pessoas-trans/> acesso em: 13/07/2022.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, 1990/1991.
- DESTAQUE, Notícia. **Aracajú terá oficina do projeto Oportunizar.** Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/aracaju-recebe-projeto-em-prol-de-empregos-para-transexuais/> Acessado em 20-02-2023
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Ed. Rio de Janeiro. 2016.
- FELIPO, Marina. **Onde estão as pessoas trans?** Disponível em: <https://exame.com/carreira/onde-estao-os-travestis-e-transexuais/> acessado em: 08-03-2023.
- JESUS, Jaqueline Gomes de, ALVES Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais.** Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf> . Acessado em: 30-03-2023.

\_\_\_\_\_, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, 2012.

MATOS, Jhon. **Jovens trans relatam desafios para conseguir e manter emprego; ouça relatos.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/jovens-trans-relatam-desafios-para-conseguir-e-manter-emprego-ouca-relatos/> acessado em: 25-02-2023

MELO, Iran F. de. **Linguagem não-binária de gênero.** Recife. In mimeo

NIEDERAUER, Mariana. **Projeto que prevê reserva de vagas de emprego para trans é aprovado em comissão.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4875866-projeto-que-preve-reserva-de-vagas-de-emprego-para-trans-e-aprovado-em-comissao.html> Acessado em: 17/04/2023.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha & PICCININI, Valmiria Carolina. **Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos.** RAP, Rio de Janeiro. Set./out. 2011.

QUERINO, Rangel. **País que mais mata trans no mundo, Brasil é também o que mais acessa pornôs do gênero, reforça pesquisa .** Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/pais-que-mais-mata-trans-no-mundo-brasil-e-tambem-o-que-mais-acessa-pornos-do-genero-reforca-pesquisa> Acessado em: 28-02- 2023.

RODRIGUES, Léo. **Estudo revela o tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho> Acessado em 18-02-2023

SANTOS, Émerson e PEREIRA, Cleyton: **Políticas públicas LGBT: uma análise do programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo.** 2018.

SANTOS, Émerson. **Políticas públicas LGBT: uma análise do programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332715452\\_Politicass\\_publicas\\_LGBT\\_uma\\_analise\\_do\\_programa\\_Transcidadania\\_da\\_prefeitura\\_de\\_Sao\\_Paulo](https://www.researchgate.net/publication/332715452_Politicass_publicas_LGBT_uma_analise_do_programa_Transcidadania_da_prefeitura_de_Sao_Paulo) acessado em: 08-03-2023.

SANTOS, Maria Carolina. **O Judiciário tem sido o grande parceiro das mulheres trans contra violência, afirma pesquisadora.** Disponível em: <https://marcozero.org/judiciario-tem-sido-o-grande-parceiro-das-mulheres-trans-contraviolencia-afirma-pesquisadora/> acesso em: 20/07/2022.

SOUZA, Renata. **77% dos jovens transgênero sofrem transfobia no ambiente escolar, diz estudo.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudo-diz-que-77-de-criancas-e-adolescentes-sofrem-transfobia-no-ambiente-escolar/> acesso em 10/04/2023

**Transempregos:** Disponível em: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos> Acessado em 20/01/2023.

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/intersectorialidade-e-ponto-chave-de-programa-que-leva-travestis-transexuais-de-volta-escola/> acessado em 18/01/2023

VEIGA, Edison. **O que faz o Brasil ser líder em violência contra pessoas trans.** Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/07/01/o-que-faz-o-brasil-ser-lider-em-violencia-contrapessoas-trans> Acessado em 17-02-2023.

ZINET, Caio. **A intersectorialidade é destaque em programa que leva travestis e trans de volta à escola.**